

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Leonardo Martins Barbosa

*Dois Quadros da Desordem: mudanças no discurso
médico sobre epilepsia entre 1859 e 1905.*

Monografia apresentada ao Departamento de
História da PUC-Rio como parte dos Requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Margarida de Souza Neves

Departamento de História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Dezembro de 2007

Agradecimentos

Aos meus pais, Valmir Carneiro Barbosa e Alzira Martins Barbosa, e minhas irmãs, Julia Martins Barbosa e Isabel Martins Barbosa, por todo o incentivo, compreensão e apoio que manifestaram desde o momento em que ingressei no curso de História.

À Manoela Santos Barbosa pelo carinho, amor e companheirismo que me ajuda a passar pelos maiores obstáculos que surgem em minha vida.

Às minhas professoras, orientadoras e amigas, Margarida de Souza Neves e Heloísa Serzedello Corrêa, por terem acreditado em mim e por terem me convidado para participar de um grupo de pesquisa de altíssima qualidade, sem o qual não teria escrito esta monografia.

A Leandro Janke e João Xavier, por terem muitas vezes se comportado como verdadeiros professores em minha trajetória na universidade e por serem dois dos melhores amigos que fiz.

A todos os professores com quem tive contato ao longo da minha graduação, e que me fizeram ter a certeza de que não poderia ter feito opção melhor do que o curso de História da PUC.

Aos funcionários do Departamento de História que, além de bons amigos, são ótimos profissionais, sempre dispostos a ajudar a todos nós.

Aos meus colegas de pesquisa, Cida, Mari, Deri, Rebecca, Débora, Samantha, Roberto, Aline, Paloma e Anderson, por dividirem comigo as primeiras ansiedades, frustrações e alegrias de uma vida profissional, e que se tornaram grandes amigos que espero manter por toda a vida.

Índice

Introdução.....	3
Capítulo I – Primeiro Quadro: A Crise do Estado Imperial.....	11
1. O Estado Imperial e a construção social da medicina no Brasil.....	13
2. O ordenamento do universo privado: dos saquaremas à contestação ao Estado Imperial.....	20
3. A crise no pensamento médico sobre epilepsia.....	28
Capítulo II – Segundo Quadro: Rumo ao Progresso e à Civilização.....	31
1. A medicina na virada do século.....	31
2. A reconstrução do preconceito.....	36
3. O Estado, o médico e a família.....	43
Conclusão.....	51
Documentação.....	53
Bibliografia.....	55

INTRODUÇÃO

Como a epilepsia era vista pelos médicos do século XIX? De que forma estes homens da ciência lidavam com essa doença que se postava como um desafio à consolidação da medicina no Brasil enquanto um campo científico legítimo? Como os escritos médicos do século XIX representavam, e até mesmo influíam, na forma como seus autores e leitores lidavam com os doentes de epilepsia e suas famílias? Como diversas visões sociais da epilepsia se manifestam no pensamento científico, e de que forma a autoridade científica do médico transforma ou mantém estigmas e preconceitos na suas práticas e relações?

Essas são algumas das questões que nortearam o desenvolvimento desta monografia, que se insere no projeto de pesquisa *Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906*¹, orientado pela professora Margarida de Souza Neves. A especificidade deste trabalho em relação ao projeto como um todo consiste na análise das relações que o corpo médico estabelece com o mundo familiar. As fontes principais são os mesmos documentos utilizados pelo grupo de pesquisa: teses médicas do período delimitado. O objetivo deste capítulo introdutório é apresentar a monografia e sua abordagem teórico-metodológica.

O ano de 1859 é o marco inicial da análise por um motivo relativamente simples: é o ano em que foi encontrada a primeira tese médica brasileira sobre o assunto. O marco final, diferentemente do projeto de pesquisa coletivo, é o ano de 1905, quando foi publicado o artigo do médico Juliano Moreira, na revista *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e ciências afins*². Neste artigo, Juliano Moreira, importante médico da capital republicana, apresenta um conjunto de idéias e argumentos que parecem consolidar uma nova forma do corpo médico lidar com esta doença no Brasil, bem diferente do padrão apresentado pelas teses iniciais, dos anos de 1870.

¹ Margarida de Souza NEVES. *Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio-Departamento de História/CNPq, 2004. (Projeto de pesquisa, mimeo)

² Juliano MOREIRA. *Assistência aos epiléticos – colônia para eles*. IN: *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e ciências afins*, ano 1, nº2. Rio de Janeiro, 1905.

Dentro desta extensa temporalidade, um conceito é fundamental para pensar a relação entre *médico e família*. O conceito de *tutela médica*, trabalhado por Jurandir Freire Costa em seu livro *A Ordem Médica e a Norma Familiar*³. A tutela permite aos representantes da medicina intervirem no mundo familiar do doente de epilepsia de forma a ordenar hábitos culturais e hierarquias familiares. Sustentados pela autoridade da medicina, transformam-se em importantes agentes ordenadores dentro do cotidiano familiar. Compreender o pensamento médico sobre a epilepsia é compreender também os valores e idéias que orientam a atuação deste importante agente ordenador na sociedade brasileira, principalmente em sua capital, seja ela no período imperial ou republicano.

Entender o pensamento médico expresso em documentos produzidos em uma das principais instituições médicas do país, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não apenas do ponto de vista técnico, mas também a partir de seu universo cultural, permite entender a relação entre o *médico* e o *mundo familiar* como uma relação histórica. Posto isso, é importante notar que a presença de inúmeros preconceitos em relação ao doente de epilepsia no discurso médico-científico da época evidencia muito mais do que a limitação técnica à qual estavam submetidos médicos do século XIX, mas também a presença de lógicas e pensamentos próprios àquela sociedade, que legitima e dá um lugar no tempo para a relação de tutela estabelecida entre o *médico* e a *família*.

Portanto, para pensar esta relação do ponto de vista da história, duas ações são fundamentais: localizá-la no tempo e torná-la dinâmica, o que é próprio do movimento histórico. Ou seja, é preciso estar atento às constantes mudanças das relações sociais e os agentes envolvidos. A importância de perceber a história de forma dinâmica, e não estática, torna pertinente para este tema a reflexão de Antonio Candido elaborada em seu artigo *A Passagem do dois ao três*⁴. O autor deste artigo é um crítico literário e sua reflexão parte da análise da obra *O Cortiço*, de Aloísio de Azevedo. Na verdade, é uma crítica direcionada a outra análise sobre a mesma obra literária, realizada por Affonso de

³ Jurandir Freire COSTA. *A Ordem Médica e a Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁴ Antonio CANDIDO. *A Passagem do Dois ao Três*. IN: CANDIDO, Antonio. *Textos de Intervenção*. 1ª edição. São Paulo: Duas Cidades Editora 34, 2002.

Sant'Anna. Esta enxerga na obra uma tensão constante entre a Cultura e a Natureza, representadas respectivamente pelo Sobrado e pelo Cortiço.

A crítica que Antonio Candido faz a esta análise cresce e se torna uma crítica às análises estruturalistas como um todo. De acordo com o autor, o estruturalismo constrói seu pensamento em torno do número dois, o que cria uma análise fechada, regular, mas que é também estática, e assim permanece mesmo quando lida com temas ou idéias que presumem a dinâmica e o movimento, como é o caso da idéia de evolução. A partir desta crítica que tem como alvo a lógica de pensamento dual, Antonio Candido elabora outro mecanismo de pensamento para a obra de Aloísio de Azevedo. Enxerga o espaço dos ricos, o Sobrado, e o espaço dos pobres, o Cortiço. Dentro deste espaço, ele enxerga uma série de tensões, o rico versus pobre, negro versus branco ou o português versus brasileiro. Ao perceber que estas tensões compõem um universo mais complexo do que a lógica dual do estruturalismo poderia conceber, Antonio Candido escolhe duas categorias sociais pertinentes ao desenvolvimento do romance: o português e o brasileiro. A estas ele adiciona uma terceira categoria: o animal.

Na obra, o português pode ser rico ou pobre enquanto o brasileiro é sempre pobre; pode haver brasileiros brancos ou negros, mas os portugueses são somente brancos. Dentro da dificuldade de definição das categorias sociais do romance existe um fator comum: todos são animalizados. Isto acontece não só por meio de ações descritas pelo autor de forma animalesca, mas principalmente pela importância que o livro destina aos personagens que, segundo Antonio Candido, se animalizam quando vendem sua força de trabalho. O elemento animal permite criar um espaço de movimento e mobilidade entre as categorias fechadas verificadas anteriormente, como português e brasileiro. O personagem João Romão é um exemplo do movimento proposto pelo autor. Começa a história pobre, mas através do trabalho que o faz se parecer com uma mula de carga, consegue ficar rico, ou seja, passa do Cortiço ao Sobrado. Da mesma forma, um personagem anteriormente rico tem a possibilidade de tornar-se pobre, novamente por meio de sua animalização. Entre os espaços do Sobrado e do Cortiço, portanto, as categorias sociais interagem entre si, e criam uma dinâmica que só é possível devido à presença de três elementos que, de acordo com Antonio Candido, devem ser autônomos e iguais em importância. No caso, são o português, o brasileiro, e o animal. Esta dinâmica se opõe ao modelo estruturalista que, ao se focar em apenas

dois elementos, fica preso em uma relação estática, como seria, caso a análise se focasse apenas no português e no brasileiro

Esta reflexão tem uma importância grande para o trabalho proposto nesta monografia. A partir do momento em que é necessário trabalhar a relação do *médico* com a *família* do ponto de vista histórico, é necessário também, como foi dito, estar atento à dinâmica em que esta relação se insere. Trabalhá-la somente como uma relação dual entre o médico e a família não só a torna estática, como também cria o risco, a partir do momento que as principais fontes são escritos médicos, de enxergar somente a ação de tutela médica e, portanto, tornar a *família* um objeto passivo e sujeito a quaisquer intervenções do *corpo médico*.

No entanto, utilizar a lógica proposta por Antonio Candido para uma análise histórica requer algumas adaptações. Por exemplo, o movimento proposto pelo autor ocorre entre dois espaços, o Cortiço e o Sobrado. Estes espaços representam os extremos da sociedade, e é a dinâmica das categorias sociais que irá permitir e limitar a mobilidade existente entre esses extremos. No caso da análise desta monografia, a importância fundamental do movimento dos agentes sociais envolvidos é a construção de um tempo diferente, um tempo histórico, não necessariamente linear, mas formado a partir da ação de diversos vetores que ajudam a conformar uma realidade expressa no conjunto de documentos analisados em dois momentos distintos: 1) as teses de 1870, fortemente inspiradas na tese de Pinheiro Guimarães, escrita em 1859; e 2) as teses da virada do século, cujos valores e idéias encontram sua forma mais bem elaborada no artigo do médico Juliano Moreira, escrito em 1905. É importante ter em mente, também, o fato de que os elementos escolhidos por Antonio Candido estão presentes de forma explícita no romance de Aloísio de Azevedo⁵. As teses médicas, ao contrário, não têm a preocupação de explicitar os agentes sociais presentes no tempo em que foram escritas e que influenciaram sua produção.

As teses são produtos históricos que emanam diretamente de um agente social específico: o corpo médico. No entanto, é importante notar que a produção destas teses

⁵ Ainda que o autor se proponha analisar o romance de forma articulada a fatores externos, ou seja, o colocando em relação com o ambiente em que foi escrito, as principais categorias sociais se encontram de forma concreta no texto e na história contada.

e artigos não são resultado apenas do esforço intelectual dos estudantes de medicina, mas também do ambiente histórico em que estes estavam inseridos. Portanto, os mais diversos agentes sociais analisados estão presentes nas teses, mesmo que de forma não-explicita. Eles se fazem presentes a partir das relações sociais construídas pelo corpo médico com outros agentes em determinado momento histórico, e que, portanto, ajudam a conformar o campo de questões que orientam a produção desses escritos, os principais focos atuação médica e seu lugar dentro da sociedade brasileira. Cabe ao historiador que tiver esta questão em mente perceber a presença destes agentes por meio de indícios.

Localizar esses agentes no documento histórico permite não só a percepção da interação entre o corpo médico e novos elementos sociais, como também o aprofundamento da visão sobre agentes que já apareciam de forma clara nas teses, mas cuja atuação na sociedade é mais complexa do que exposto pelo pensamento médico. É o caso da *família*. Enquanto nas teses a *família* por vezes aparece como objeto passivo de análise, as relações que as *famílias patriarcais* estabelecem com o corpo médico durante o período imperial mostram-se mais profundas. É delas que emana a maioria dos médicos neste período. Isto fica evidente nas longas listas de dedicatórias que precedem os escritos médicos. Este movimento de análise é importante para que a *família* seja lida como um agente social que, primeiro, age sobre sua realidade e, segundo, interage com outros agentes, como o *corpo médico*. Nas palavras de Antonio Candido, os dois elementos deixariam de ser hierarquizados, e, portanto, teriam igual importância, o que é vital para uma relação dinâmica como foi a proposta deste autor.

Analisar a produção dos escritos médicos somente a partir da *família* e do *corpo médico*, no entanto, ainda mantêm a estrutura dual responsável pela impressão de uma relação estática. O próprio Jurandir Freire Costa trabalha com um terceiro elemento: o *Estado*. Para o autor, a ação de tutela médica sobre a *família* está articulada a uma sólida aliança forjada pela medicina e pelo poder estatal ao longo do Império. Ou seja, os constantes conflitos entre as *famílias aristocráticas* e o *poder central* constituíram um empecilho para a consolidação do poder imperial. Assim, a presença da ação normativa da medicina junto às famílias ajudou o processo de consolidação desse poder, uma vez que a presença do médico aos poucos transformou a família aristocrática em uma família de caráter burguês, principalmente no coração do Império, o Rio de Janeiro. Ao fazer isto, a medicina transformou a estrutura familiar patriarcal e, assim, criou o

ambiente propício para que seu poder fosse minado, o que facilitou a construção do poder imperial.

É possível pensar a análise de Jurandir Freire Costa a partir da lógica proposta por Antonio Candido. Existe um conflito entre dois elementos, a família patriarcal e o Estado Imperial. A presença de um terceiro elemento, o corpo médico, permite que aconteçam transformações históricas. Por um lado, o corpo médico se alia ao Estado Imperial, por outro, realiza uma ação de tutela sobre a família. A transformação resultante deste movimento é uma família burguesa, normatizada pela medicina e sujeita ao poder estatal, agora consolidado. Para completar este raciocínio é bom lembrar que Jurandir Freire estabelece um forte diálogo com Foucault, de quem se apropria das idéias de ação por meio da norma e por meio da lei⁶. A lei tem um caráter imperativo, e para Jurandir, esta forma de tutela será usada principalmente sobre as famílias populares, que também precisam ser ordenadas para consolidar o poder do Estado. Já a norma prevê uma ação de convencimento, em que o médico ocupa a posição de conselheiro familiar, de modo a transformar os hábitos culturais no interior da família patriarcal, provocando as mudanças mencionadas.

Este ponto de vista é muito interessante para pensar a ação médica. No entanto, uma análise das teses mostra que a ação normativa é muito presente nas teses de 1870, enquanto a ação baseada na imposição da lei adquire força nos escritos da virada do século. Apesar de ambas as formas de ação existirem nesses dois momentos históricos, a diferença de foco evidenciada nos escritos médicos, mostra as preocupações, ou questões, que orientam o corpo médico em cada um desses momentos. Podemos dizer que os médicos em 1870 protagonizam ações diversas daquelas dos médicos da virada do século. Este ponto de vista não é desenvolvido neste trabalho específico de Jurandir Freire. Sua tese se preocupa com a ação do *corpo médico*, mas não com sua inserção completa dentro de alguma realidade histórica. Ou seja, este agente social funciona como um modelo não suscetível a transformações históricas como as que sua própria ação realiza sobre outros atores, como é o caso das mudanças provocadas na *família*. Também é válido ressaltar que o Estado passa por profundas transformações ao longo

⁶ Jurandir Freire COSTA. A Ordem Médica e a Norma Familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, P. 50.

do século XIX e início do XX que não se resumem na consolidação de seu poder sobre as famílias aristocráticas. A lógica presente nesta obra de Jurandir Freire Costa está atrelada à principal questão que ele pretende trabalhar: as conseqüências de determinados movimentos históricos na formação da *família brasileira*.

Diferentemente, a centralidade desta monografia está na relação entre o *Estado*, o *médico* e a *família* na produção dos escritos médicos sobre a epilepsia, e, portanto, exigem outra abordagem. Apesar de trabalhar os mesmos três elementos, Jurandir Freire enxerga a aliança entre o *Estado* e o *corpo médico* de forma tão sólida que anula as especificidades de ambos os agentes. Assim, o movimento se restringe à *família* e não se expande aos três atores sociais, o que prejudica a dinâmica histórica desejada. Visto pelo prisma da reflexão de Antonio Candido, os agentes não possuem autonomia, indispensável para a relação tríade que, de acordo com a lógica proposta para este trabalho, é fundamental para o movimento histórico. A autonomia de cada elemento proposta por Antonio Candido pode ser interpretada como uma natureza histórica específica, ou seja, uma identidade e um lugar social próprio e, principalmente, que seja localizado no seu tempo .

Portanto, os conceitos construídos por Jurandir Freire têm grande relevância para esta monografia. Mas, devido às diferenças de enfoque, o presente trabalho deve levar em consideração a construção histórica de cada agente social que delimite o seu tempo, o seu espaço e suas ações na sociedade. Assim, é importante o diálogo com outros textos e artigos que pensem esses agentes em seu tempo histórico.

Dentre esses diálogos é importante destacar o trabalho de Angel Rama, em *A Cidade das Letras*⁷. Neste livro, Angel Rama procura construir a natureza histórica das instituições letradas na América Latina e, para tanto, constrói o conceito de *ciudadela letrada*. Este conceito não exclui a forte relação estabelecida entre o mundo das letras e o Estado. Ao contrário, ele é construído a partir dessa relação ao mostrar como as cidadelas letradas formaram um círculo protetor e executor, primeiro da metrópole, depois do Estado. Ao mesmo tempo, o caráter autônomo da *ciudadela letrada* é sempre realçado pelas diferentes características e funções ocupadas por essas *ciudadelas* na América Latina. Não só isso, como Angel Rama ressalta que, mesmo com o forte

⁷ Angel Rama RAMA. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

vínculo com o Estado, a cidadela letrada constitui um poder autônomo. Assim, o autor se diferencia, de acordo com seus próprios textos⁸, de autores marxistas que enxergam o intelectual apenas como representante da classe de onde vem.

Este conceito precisa ser adaptado, a partir do momento em que são grandes as diferenças entre a América Hispânica e a América Portuguesa. Assim como também precisa ser trabalhado a natureza histórica específica do Estado e das famílias nos dois momentos analisados. A percepção das especificidades desses agentes permite compreender as mudanças também específicas pela qual passou a sociedade brasileira neste momento e, junto dela, os escritos médicos sobre a epilepsia.

A relação entre três agentes sociais, o *Estado*, a *família* e o *corpo médico*, permite que a análise dos escritos médicos sobre epilepsia seja feita a partir da realidade histórica em que ela foi produzida. Por outro lado, a dinâmica entre os três agentes é importante para compreender como a realidade histórica se faz presente nos documentos analisados. Os próximos capítulos pretendem perceber a presença desses agentes e suas ações nos escritos médicos, defini-los historicamente e entender como a relação entre os três ajuda a construir a maneira como o médico irá se relacionar com o doente de epilepsia e sua família. O primeiro capítulo trabalha o momento histórico a partir das teses de 1870, enquanto o segundo analisa as mudanças na escrita médica provocada pelas transformações sociais na virada do século XIX para o XX, tendo como referência a relação dinâmica entre os três elementos escolhidos.

⁸ Ibid. Pp. 44-47

CAPÍTULO I

PRIMEIRO QUADRO: A CRISE DO ESTADO IMPERIAL

Poucas doenças são tão cercadas de tabus e preconceitos como a epilepsia. A marginalização social de alguém que sofre com esta doença não se deu apenas em um momento na história, já assumiu diversas formas e mecanismos, sempre articulados às mentalidades de uma temporalidade específica. A exclusão reflete um quadro histórico determinado que, ao produzir diversos objetos, indícios e manifestações culturais, deixa transparecer, se devidamente questionado, como uma determinada sociedade criou, naquele momento, uma rede de significados e relações sociais que, por algum motivo, discriminou o doente de epilepsia.

São muitas as manifestações desse preconceito: ao demonizar o doente e a doença em um discurso social e religioso excludente⁹; ao medicalizar o discurso jurídico e retirar o doente de uma rede de direitos supostamente universais¹⁰; ao confundir o doente com a doença, marcando o primeiro com a estigmatizada identidade de *epilético*; ou até mesmo através do silêncio sobre a questão racial, de grande importância para o pensamento científico e social no Brasil da virada do século XIX para o século XX, caso seja devidamente questionado¹¹, o preconceito recorrente em relação às pessoas com epilepsia assume alguma de suas muitas formas.

Certo traço de continuidade, manifestado através da constante exclusão, não deve deixar apagar, no entanto, traços específicos assumidos por este preconceito em determinados momentos. Nesse sentido, é intrigante a conclusão da tese do formando em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Estevão Ribeiro de Rezende, em 1872:

⁹ Mariana Lapagesse de MOURA, bolsista de Iniciação Científica e colega de pesquisa, desenvolve um trabalho sobre a demonização da pessoa com epilepsia.

¹⁰ Maria Aparecida dos SANTOS, bolsista de Iniciação Científica e colega de pesquisa, desenvolve uma monografia sobre a relação entre o pensamento médico e o jurídico que põe em evidência a associação direta entre a epilepsia e a propensão ao crime presente na produção de uma linhagem de médicos brasileiros.

¹¹ Sobre este tema, ver a monografia de Aderivaldo Ramos de SANTANA. *Epilepsia, Raça e Gênero. Preconceito e pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Orientadora: Prof^a. Margarida de Souza NEVES, disponibilizada no endereço eletrônico www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.

*“Acreditam alguns que sobre o epilético, condenado a outrora a uma verdadeira morte moral, deve pairar ainda o estigma fatal que o tem acompanhado através dos séculos. O desafortunado continua a ser causa de pesar constante e de consternação eterna para a família e como em outros tempos não lhe são permitidos os belos sonhos da mocidade, sonhos de futuro e amor. Abjeto paira sem um instante de repouso, arrastará inevitavelmente uma vida torturada por pungentes dores morais e por sinistras apreensões.”*¹²

Ou o trecho de Thomaz Pimentel d’Uchôa em 1873:

*“Vendo que todos fogem dele [o epilético] evita a sociedade, procura a solidão, torna-se sombrio, taciturno, irascível, desconfiado e às vezes sinistro. O epilético tem caráter excêntrico, bizarro e extravagante, de perfeitos contrastes.”*¹³

Os trechos mostram, por um lado, o desespero da medicina e dos pacientes diante da impossibilidade de curar física e socialmente o doente de epilepsia através do uso da razão, da ciência, e a permanência de uma exclusão que, de acordo com Estevão Rezende, atravessa os tempos. Por outro, a reprodução de estigmas, preconceitos e o reforço de uma visão, agora autorizada pela força de uma retórica científica, que impõe ao doente de epilepsia um lugar marginalizado na sociedade, e que atinge também a seu círculo familiar.

A exclusão manifestada, inclusive, nas teses médicas do período estudado é uma construção que resulta de um complexo tecido de relações sociais. Inicialmente, se expressa em um trabalho médico-científico, e tem como objeto o universo privado do doente. Essa relação inicial médico/paciente, ou instituição médica/família, deve ser esmiuçada e ao mesmo tempo ampliada para que possamos perceber como diversos agentes sociais estão envolvidos e constroem o tipo de exclusão manifestado no discurso médico.

Chamam à atenção também as expressões que denotam angústia e a contradição presente na afirmação, em uma produção supostamente científica, da incapacidade da razão e da ciência em resolver problemas de ordem física e social. É

¹² Estevão Ribeiro de REZENDE. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, perante ela sustentada e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1872. pp. 53-55.

¹³ Thomaz Pimentel d’UCHÔA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873. pp. 23-24.

este contraditório e peculiar agente, o corpo médico, e os documentos que revelam o saber normal da época sobre a epilepsia, ou seja, as teses médicas defendidas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia no período estudado, que devem ser explorados inicialmente para lermos a temporalidade em que começou a aparecer o discurso médico sobre a epilepsia no Brasil.

1. O Estado Imperial e a construção social da medicina no Brasil

A publicação da primeira tese sobre epilepsia no Brasil, apresentada por Francisco Pinheiro Guimarães em 1859¹⁴, quando concorreu com sucesso à vaga de professor na seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro¹⁵, não foi seguida de imediato por uma forte produção de outros trabalhos sobre o mesmo tema. Somente durante a década de 1870, mais de dez anos depois, a Faculdade voltaria a publicar teses sobre epilepsia, desta vez em um número bastante razoável, e dentre as quais se encontram as de Estevão Ribeiro de Rezende e Thomaz Pimentel d’Uchôa, autores dos trechos citados acima. As teses deste período, diferentemente da de Pinheiro Guimarães, tinham o objetivo de conferir ao autor, após seis longos anos de estudo, *o grau de Doutor em medicina*¹⁶. O tempo que separa a tese de Pinheiro Guimarães e as da década de 70 foi, muito provavelmente, um período de consolidação do ensino sobre a epilepsia naquela faculdade, o que tornou o tema uma alternativa viável para um trabalho de final de curso.

A antiga Escola Médica do Rio de Janeiro forma doutores em medicina com o título de Faculdade de Medicina desde 1834, quando, começou um processo de consolidação do seu ensino e ganhou muito em reconhecimento social, institucionalização, e legitimação de suas idéias e ações. Coincidência ou não, em 1835, a Sociedade de Medicina da Corte transformou-se na Academia Imperial de

¹⁴ Francisco Pinheiro GUIMARÃES. *Algumas palavras sobre a epilepsia. Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade.* (Tese para concurso a um lugar de opositor da seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia de D. L. Dos Santos, 1859.

¹⁵ Margarida de Souza NEVES. *Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906.* Rio de Janeiro: PUC-Rio-Departamento de História/CNPq, 2004. (Projeto de pesquisa, mimeo) p. 2

¹⁶ Cfr., por exemplo, Eduardo Olympio de TEIXEIRA. *Epilepsia.* (Tese para obter grau de Doutor em medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Typographia Universal da Laemmert, 1873.

Medicina. Essas duas instituições formaram então as principais *cidadelas letradas*¹⁷ da medicina na Corte. Além da função de formarem médicos e pensar a saúde, a Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro também pretendiam consolidar o espaço da medicina no Brasil e, se possível, torná-la hegemônica dentre as não poucas *artes de curar* existentes na época.¹⁸ Esses fatos e ações, tão distantes da demarcação temporal deste trabalho, são importantes, uma vez que mostram uma clara opção histórica do Estado pela medicina como principal arte da cura.

Em 1870, quando as teses analisadas foram escritas, a medicina, seus agentes e instituições já ocupam um espaço central na ciência praticada na Corte e no Império, e já desfrutavam de relativo prestígio social, ainda mais se considerarmos as poucas ações realmente eficazes que conseguiram imprimir e se o compararmos com a importância que conquistará nas décadas seguintes. Portanto, as teses médicas são documentos históricos que evidenciam as principais linhas de pensamento e ação sobre a epilepsia em uma época que a medicina estava numa curva crescente de auto-afirmação social. Para tanto, foi fundamental o argumento da cientificidade, que a diferenciava de outras artes de curar e a colocava em um patamar privilegiado perante o Estado Imperial. Este, por sua vez, ao se amparar em um discurso científico, se aproximava do que considerava civilizações mais avançadas, ou seja, os países da Europa e, em menor grau, os Estados Unidos.

Apesar disto, não pode ser considerada uma grande surpresa a seguinte citação que conclui o trabalho de Eduardo Olympio Teixeira, em 1873:

*“Está terminado este nosso mais que imperfeito trabalho; ninguém mais do que nós reconhece a pequenez dos recursos científicos e da inteligência de que dispomos; ninguém mais do que nós merece portanto ser tratado com mais indulgência [...]”*¹⁹

Thomaz Pimentel d’Uchôa, também em 1873, encerra com palavras bastante significativas:

¹⁷ A centralidade deste conceito está proposta no projeto de pesquisa de Margarida de Souza NEVES. Op. Cit., e remete para a formulação de:

Angel Rama. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985..

¹⁸ Para mais informações sobre as diversas artes de curar do século XIX ver: Betânia Gonçalves FIGUEIREDO. *A Arte de Curar. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

¹⁹ Eduardo Olympio de TEIXEIRA. *Epilepsia*. (Tese para obter grau de Doutor em medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Typographia Universal da Laemmert, 1873. p. 48.

“Sentimos apenas vir ainda exprimir tantas dúvidas a respeito de uma moléstia, que devia estar perfeitamente estudada, porque é certamente aquela que mais cruelmente flagela a humanidade (...) Embora com pesar, apelemos para Ele”²⁰

Assim como seu professor, Pinheiro Guimarães, os médicos recém-formados na década de 1870 demonstram em seus trabalhos um profundo esforço de observação e classificação da epilepsia. O padrão que as teses seguem é o mesmo desde a primeira, em 1859: classificação de diversos tipos de epilepsia com base em observações; recomendações de ordem moral e higiênica e um vocabulário que preza a linguagem científica, mas deixa transparecer a falta de instrumentos para lidar com a doença. É o caso das duas citações acima. Somente em 1906, Ramón y Cajal e Camilo Golgi ganhariam o prêmio Nobel por suas descobertas na área de neurologia, que conduzem à identificação do neurônio e da rede neuronal, fato que difundiria uma descoberta essencial para uma efetiva compreensão científica do funcionamento das estruturas anatômicas implica nas crises epiléticas.²¹

É sem conhecimentos científicos precisos e suficientes, portanto, que os médicos da década de 1870 lidam com a doença e produzem seu discurso. As citações ganham uma relevância especial quando confrontadas com a crescente legitimação social e o enorme esforço que as *ciadelas letradas* da medicina realizavam para assumirem a hegemonia científica na sociedade como única arte de curar. Cabe aqui ressaltar a luta dos médicos contra o charlatanismo, que incluía todas as artes de curar que não fossem aquelas legitimadas pelas duas principais instituições médicas da Corte, luta essa que perdurou ao longo do Segundo Reinado e início da República Velha²². Já em 1841, Dr. Francisco de Paula Costa publicou no *Jornal da Academia de Medicina* um importante artigo de combate ao charlatanismo²³. Vale destacar também que essa ação foi muito mais forte no coração político do Império do que em províncias

²⁰ Thomaz Pimentel d’UCHÔA. Op. Cit. pp. 35-36.

²¹ Cfr. Margarida de Souza NEVES. *Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906.*

²² Uma discussão mais profunda sobre este tema é desenvolvida no livro: Gabriela Reis SAMPAIO. *As Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

²³ Uma ampla cronologia sobre o tema está disponível no site www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.

afastadas, o que reafirma a pertinência da delimitação do espaço da Corte para este trabalho.

Mesmo com as demonstrações da falta de recursos científicos desses médicos para lidar com a epilepsia, em momento algum as teses deixaram de propor tratamentos, maneiras de diagnosticar a doença e de reafirmar o papel da medicina como de fundamental importância na sociedade. A medicina, mesmo quando não conseguia cumprir sua função, mantinha-se intocada enquanto a arte de curar oficial do Estado Imperial. Foi isso que permitiu à Academia Imperial de Medicina e à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seguindo a trajetória das demais *ciudades letradas* do Império, encontrar um caminho estável de consolidação e expansão dentro da sociedade brasileira²⁴, mesmo se, em alguns casos, como o da epilepsia, os médicos estivessem perante a falta de instrumentos científicos eficazes.

A legitimidade da argumentação, portanto, fica por conta do aparato retórico que deriva do cientificismo e dá forma à tese. Não por acaso, até meados dos anos 1880, os modelos das teses são, senão iguais, muito parecidos entre si. Dessa forma, as teses sobre epilepsia discorrem sobre a *sinonimia* da doença, seção na qual relatam os diversos nomes e significados que a epilepsia já recebeu, tais como:

“*Morbus Sorlicus, Lunaticus, Astralis, Caducus(...)*”²⁵

Ou os nomes dados à doença pelos romanos que, por interromperem seus comícios quando alguém tinha uma crise de epilepsia no meio da multidão, a conheciam como:

“*Morbus Comitialis, (...)*” ou “*Morbus Santicus*”²⁶.

²⁴ Sobre a expansão da medicina durante o Império ver:

José Gonçalves GONDRA. *No Cenáculo da Ciência: a ordem médica e a questão da instrução*, de IN: Ana Maria MAGALDI; Cláudia ALVES; José Gonçalves GONDRA (orgs.) *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Sobre a expansão do Estado Imperial ver:

Ilmar Rohloff de MATTOS. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

²⁵ Pedro Sanches de LEMOS. *Epilepsia*. (Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na augusta presença de S.M. O Imperador e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1872, p. 6.

Existem também outras seções, como a que cuida da *definição*, na qual as idéias são construídas com base na pura observação das manifestações da doença, ou a seção de *etiologia*, onde são repetitivas as abordagens sobre *temperamentos* emocionais, que tornariam as pessoas propensas a crises. As teses sempre sugerem na seção de *tratamentos*, muitas vezes classificados em *médicos*, *cirúrgicos* ou *higiênicos*, práticas sem qualquer base empírica, mas com o argumento de autoridade representado pela citação de médicos europeus, em sua maioria franceses, como Trousseau, Esquirol e Delasiau, ou, por vezes, do próprio Pinheiro Guimarães, o catedrático da cadeira de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que escrevera, no Brasil, a primeira tese sobre o assunto.

As teses carregam consigo outros indícios que ajudam a demonstrar sua lógica de construção e seu modo de legitimação perante a sociedade do Império, além de um aparato retórico que prima pelo cientificismo e da instituição que representam: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1872, Estevão Ribeiro de Rezende se apresenta, no prólogo de sua tese, como:

*“Doutor em medicina.
Presidente da Sociedade de Beneficência da Academia,
filho legítimo de Francisco Marcos Ribeiro de Rezende e de D.
Francisca Guilhermina de Midões Rezende.
Natural da cidade de Campanha (Província de Minas).”²⁷*

Logo após, escreve oito páginas de dedicatórias, demonstrando uma ampla rede de relacionamentos dentre os quais estão nomes ilustres da medicina, encabeçados por um sobrenome que remete aos tempos heróicos da fundação da cidade, e cria assim uma relação simbólica entre o doutorando e a história do Rio de Janeiro:

*“O Exmº Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides.
Os Illmºs Srs. Dr. João Baptista de Noronha Feital, Antônio de Araújo
Lobato, Zeferino Dias Ferraz da Luz.*

²⁶ José da Cunha Soutto MAYOR. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Doutor em medicina pela mesma faculdade), Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1877, p. 4.

²⁷ Estevão Ribeiro de REZENDE. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, perante ela sustentada e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1872, folha de rosto.

“(…) Aos Revmos. Padres-mestres: Frei Bento da Trindade Cortez, Frei Santa Catharina Furtado e Frei Saturnino de Santa Clara.
“(…) Ao distinto professor da escola de medicina: o Exmo. Sr. Dr. Francisco Pinheiro Guimarães”²⁸

Já Antônio Romualdo Monteiro Manso, em 1874, reafirma na página de rosto que é:

“Filho legítimo do Tenente-Coronel José Maria Manso da Costa Reis e D. Francisca de Assis Monteiro Galvão de S. Martinho”²⁹

No mesmo ano, Luiz José de Alvarenga agradecerá a uma extensa lista de amigos e parentes, dentre os quais se destaca:

“À meu tio o Ex.mo. Conselheiro de Estado e senador do Império Marquez de Sapucahy”³⁰

As páginas de agradecimentos e dedicatórias são extensas. Os médicos formados ou formandos mostram ali a rede de relações onde estão inseridos³¹ e a legitimidade de sua pertença ao mundo das famílias. Praticamente todos são naturais do Rio de Janeiro ou de alguma província próxima, como Espírito Santo ou Minas. Os autores dessas teses compõem a elite da sociedade imperial, vindos do entorno da Corte e, atuando na região que dava sustentação ao Império do Brasil. Ao mostrar sua posição social, não estão apenas reafirmando sua importância individual, mas também conferindo prestígio à *cidadela letrada* na qual se incorporam. Além disso, mostram que estão socialmente aptos para ingressar na elite médica.

Odaci Luís Coradini trava uma discussão bastante interessante em seu artigo *Grandes Famílias e Elite 'Profissional' na Medicina no Brasil*, na qual mostra que para ingressar na elite médica brasileira era necessário muito mais do que *capital cultural*, conceito criado por Pierre Bourdieu. Era necessário ter também determinado *capital*

²⁸ Ibid. Verso da folha de rosto.

²⁹ Antonio Romualdo Monteiro MANSO. *Do diagnóstico e tratamento das diversas manifestações do histerismo e da epilepsia*. Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade. (Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada em dezembro do mesmo ano, sendo aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Academia, 1874, Folha de rosto.

³⁰ Luiz José de ALVARENGA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia Franco Americana, 1874, Verso da folha de rosto.

³¹ A análise foi feita no artigo:

Margarida de Souza NEVES. *Pela Saúde da Nação. O Pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil*. MIMÉO, 2005.

*social*³². Ou seja, para fazer parte da elite médica não bastavam conhecimentos da área, era necessário também pertencer aos círculos da elite social do Império.

As *grandes famílias*³³, aquelas proprietárias de terras e de escravos, e que formaram o sustentáculo social do Império, ganhavam prestígio, ao mesmo tempo em que o conferiam ao entrar nas instituições médicas. A medicina, portanto, não se constituía por si só. Estava também intrinsecamente articulada com a elite social do Império. Isso é constatado não só pela origem de seus quadros, como também pela necessidade de reafirmação desta origem em sua produção acadêmica.

No entanto, falta ainda um elemento para fechar esse círculo de mútua influência: o Estado. Afinal, é com a presença deste junto às *cidadelas letradas* da medicina que ela pôde oferecer prestígio, privilégios e benefícios às famílias patriarcais que ingressavam em seus quadros. O aparato retórico científico das teses é imprescindível, nesse caso, para garantir à medicina sua posição de arte de curar legítima do Império que, por sua vez, a reconhecia como uma atividade científica capaz de curar não apenas os corpos doentes, mas também a sociedade e de contribuir para garantir o lugar do Império naquilo que a época considerava o rol das nações civilizadas. Por outro lado, para que a medicina usufrísse dos privilégios de estar ligada ao Estado Imperial, deveria de alguma forma contribuir para o seu fortalecimento.

O Estado Imperial e a medicina – assim como outras *cidadelas letradas* do Império – atuaram de maneira a se reforçarem mutuamente ao longo do século XIX. O Estado garantiu privilégios e procurou tornar a medicina hegemônica na sociedade, dentro do que lhe foi possível. Já as instituições médicas, enquanto espaço de produção de discursos e idéias, deveriam contribuir para a expansão e consolidação do Estado Imperial dentro do território brasileiro, tanto através da criação da idéia de um *povo brasileiro* como pelo fortalecimento do Estado nos *mundos da Casa e da Rua*³⁴.

³² Sobre a utilização dos conceitos de Pierre BOURDIEU, ver Odaci Luiz CORADINI. “*Grandes Famílias e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil*”. IN: Manguinhos. História, Ciência e Saúde. Volume III, nº3. Fev. 1997, Rio de Janeiro.

³³ Ibid.

³⁴ Sobre a definição dos conceitos de *casa e rua*, assim como a importância da idéia de *povo brasileiro*, ver:
Ilmar Rohloff de MATTOS. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

No entanto, esse processo de expansão do Estado Imperial se deu principalmente ao longo dos anos 40, 50 e início dos 60 do século XIX, e certamente a ação médica não foi o principal instrumento do Império. Este posto foi ocupado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, instituição que construiu um passado com o objetivo de unificar o território e a população dispersa pelas terras do litoral e do sertão do Brasil.

É verdade também que as teses de 1870 não estão localizadas na realidade social e política dos anos 40, 50 e 60 do século XIX, período da denominada *direção saquarema*, que construiu os *mundos* do Império, reforçou e recriou hierarquias, e fez o Estado Imperial se expandir³⁵. Apesar disso, as teses deixam transparecer uma rede de relações sociais que marcam certa continuidade com o chamado *tempo saquarema*. É justamente por estarem localizadas em um momento de crise do Estado Imperial que esse jogo de relações chama tanto a atenção.

2. O ordenamento do universo privado: dos saquaremas à contestação ao Estado Imperial

Mais do que repetir palavras escritas onze anos antes, as teses dos anos 1870 evidenciam uma continuidade na função social do corpo médico. A concepção do que é a medicina e seu papel dentro da sociedade se mantém. Papel este que, diferentemente do exercido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, foi muito importante na tentativa do Estado Imperial em ordenar o universo privado da sociedade brasileira³⁶.

No período que Ilmar R. de Mattos chama de tempo saquarema, a medicina trabalhou com o passado, mas, de uma forma diferente daquela que foi trabalhada pela historiografia oficial. Ao ordenar os hábitos privados das famílias patriarcais, a medicina tentava apagar resquícios do que considerava bárbaro ou impróprio aos tempos de civilização que se pretendiam construir. Ao mesmo tempo, sua presença no interior das famílias foi um instrumento importante para o Estado entrar no mundo da

³⁵ Ibid.

³⁶ Sobre o ordenamento vida familiar e o conceito de *normatização* ver: Jurandor Freire COSTA. *A Ordem Médica e a Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Casa e articulá-lo ao projeto político imperial. Mais do que ordenar, a medicina construía o seu espaço de maneira orgânica dentro das famílias da então considerada *boa sociedade*.

Nas últimas décadas do século XIX, no entanto, a ciência como um todo tendia para um outro tipo de ordenamento. A articulação descrita acima se insere em um tempo específico, o *tempo saquarema*. O *darwinismo social* e o *positivismo*, duas correntes de pensamento amparadas no discurso científico, ganham força nesta época e são exemplos da nova postura do discurso científico. Seus adeptos, pensavam não em ordenar apenas o universo privado das elites, e sim a sociedade como um todo, cada vez com mais ousadia e até mesmo com certa arrogância.

A década de 1870 já acumulava e continuou a produzir mudanças significativas na sociedade brasileira, mudanças estas que culminaram na queda do Império e na construção conflitante e contraditória de uma República a partir de 1889, logo após a abolição da escravidão em 1888. A Guerra do Paraguai se encerrava em 1870, dela emergia uma instituição militar mais forte e que começaria a formular idéias de autonomia em relação ao Império e ações políticas mais concretas. No final do mesmo ano, era publicado o *Manifesto Republicano* no Rio de Janeiro.

O ano de 1870 marca o início das grandes transformações que, ao final do século, irão fazer a sociedade brasileira viver *ilusões do progresso* como colocou Nicolau Sevcenko³⁷. O historiador Ilmar Rohloff de Mattos em seu artigo “*Do Império à República*” afirma que a partir desse período as contestações à *direção saquarema* seriam mais freqüentes e intensas. Entre algumas dessas mudanças estão o aumento gradativo da riqueza da província de São Paulo, o surgimento de cidades cada vez maiores, um cotidiano com cada vez mais novidades – com destaque para o Rio de Janeiro - e um questionamento cada vez maior à ordem escravista por parte da massa de escravos e de setores urbanos. No mesmo artigo o autor escreve:

“Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio do elemento militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que

³⁷ Nicolau SEVCENKO. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN: Nicolau SEVCENKO (org.). *História da Vida Privada no Brasil (Vol. 3). República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

tenderiam a se encontrar por meio das representações de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atitude cívica, intensamente vivida pelos propagandistas republicanos, civis e militares.”³⁸

O discurso científico e seus agentes produtores começaram a se encontrar, com mais intensidade a partir destes anos, em uma posição privilegiada na sociedade, tanto para questionar como para reafirmar a ordem social e política vigente. Provavelmente pela falta de capacidade técnica e científica para encorpar seu discurso, pelo estado da ciência internacional em relação ao tema, como também pelo atrelamento das instituições médicas brasileiras ao Estado Imperial, a produção médica sobre epilepsia entrou na década de 1870 sem manifestar grande mudança em seus discursos. Continuavam a reproduzir as mesmas idéias e ações manifestadas na tese de Pinheiro Guimarães, escrita pelo menos onze anos antes e, portanto, em um período, no plano político, ainda de autoridade inquestionável dos saquaremas. Portanto, a presença destas idéias em 1859 é compreensível. Já a partir de 1870 começa a gerar algum estranhamento³⁹. Ao contrário do que se poderia supor, as teses desta década são construídas de uma maneira a se aproximar mais da lógica do *tempo saquarema* do que da nova postura da ciência.

Uma comparação entre a ação proposta na tese de 1859 e as de 1870 se faz necessária.

Pedro Sanches de Lemos, em sua tese escrita em 1872, expressa grande preocupação na seção de *prognóstico* em afirmar que:

“A moralidade do indivíduo, seus hábitos, tem grande influência sobre a cura da moléstia.”⁴⁰

Ou em aconselhar algum médico que porventura viesse a ler sua tese:

³⁸ IN: Ilmar Rohloff de MATTOS. “Do Império à República”. IN *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989, p. 165.

³⁹ Sobre a idéia de *estranhamento*, ver:

Robert DARNTON. O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa.. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

⁴⁰ Pedro Sanches de LEMOS. *Epilepsia*. (Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na augusta presença de S.M. O Imperador e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1872, p. 49.

*“Se o doente é dado à masturbação, aos excessos venéreos ou alcoólicos, é necessário que o médico faça-o renunciar a semelhantes hábitos, cujo perigo é de imediata intuição.”*⁴¹

De maneira mais radical, diz também que:

*“Uma mãe epilética não deve nunca amamentar seu filho” e “O epilético deve evitar todas as emoções vivas, e os excessos de todos os gêneros”*⁴²

Ou ainda:

*“A higiene proíbe os casamentos entre indivíduos atacados de moléstias manifestante hereditárias, como a escrófula, o cancro, a epilepsia, (...) e mesmo entre pessoas atualmente isentas dessas moléstias, mas que descendem mediata ou imediatamente de indivíduos que foram por elas acometidos”*⁴³

José Luiz de Alvarenga, em 1874, ressalta a importância para o tratamento da moléstia de

*“Evitar fadiga intelectual, emoções morais, exercícios violentos, excessos da mesa, abuso do prazer venéreo.(...) Em alguns casos exercícios moderados podem ser proveitosos, uso moderado de vinho é permitido, não convém banhos frios ou quentes, os tépidos podem ser usados.”*⁴⁴

A vida moral e os sentimentos do doente voltam a ser abordados por Ernesto de Castro Moreira em 1877:

*“A privação dos prazeres sexuais, principalmente do onanismo, é uma regra de higiene que não deve ser esquecida. Tudo quanto pode afetar a moral: as paixões, prazeres, desgostos, devem ser evitados e o doente deve viver em um meio pacífico.”*⁴⁵

Todas as citações demonstram como o tratamento dispensado ao doente de epilepsia dependia de um constante acompanhamento médico e, como este se construía no interior da família através do regramento dos hábitos e costumes. Além disso, não

⁴¹ Ibid, p.56.

⁴² Ibid, pp. 62-64.

⁴³ Ibid, p. 70.

⁴⁴ Luiz José de ALVARENGA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia Franco Americana, 1874, pp.34-35.

⁴⁵ Ernesto de Castro MOREIRA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a fim de obter o grau de Doutor em medicina), Rio de Janeiro: Tipographia de G. Leuzinger & filhos, 1877, p. 49.

eram quaisquer famílias, eram famílias da elite social do Império. As mesmas de onde os jovens médicos saíam para se formar em medicina na Corte. As próprias citações dão a entender isso a partir do momento que os tratamentos pressupõem o acompanhamento próximo de um médico. Se esse tipo de regalia não era privilégio de todas as famílias proprietárias da sociedade imperial, certamente não seria das famílias pobres da região da Corte.

Necésio José Tavares, em 1877, deixa mais um forte indício de que sua preocupação era com as famílias aristocratas e proprietárias ao recomendar um tratamento que certamente não era acessível a todos:

“Habitação em lugar salubre, clima moderado, em casas arejadas e onde o asseio seja observado, alimentação sóbria, moderada, de fácil digestão, vinho fraco em pequena quantidade é permitido, mesmo a cerveja, sem haver abuso, banhos quentes são proibidos, os frios são considerados perigosos por alguns, os mornos são vantajosos, Dr. Avellar Junior acredita que os de chuva seguido de forte fricção sob o corpo são úteis, coletes, gravatas, espartilhos e vestidos muito apertados não são consentidos, maços de cabelos postiços (a cabeça deve estar sempre fresca), aplicar purgativo quando houver constipação, exercícios moderados, passeios ao ar livre, vida tranqüila do campo, distrações, estudo da música, leitura moderada. (...) Evitar: exercícios violentos, vida monástica, impressões morais vivas, contrariedades, habitação nas grandes cidades, teatros, bailes e toda grande reunião, abuso à mesa ou de bebida alcoólica, excessos venéreos.”⁴⁶

Assim, esses agentes da medicina começavam a construir uma sólida ponte com as famílias ricas e proprietárias do Império. *Normatizavam*⁴⁷ seu cotidiano, faziam-se presentes nas pequenas questões do dia a dia, tornavam-se peça chave da família, funcionavam como *intelectuais orgânicos*⁴⁸ do Estado em relação a um importante espaço da sociedade e, com esse crescente poder, construía a exclusão do *epilético*, que deveria ser confinado dentro de seu universo privado.

⁴⁶ Necésio José TAVARES. *Epilepsia*. (Tese a fim de obter o grau de Doutor), Rio de Janeiro: Typographia do Direito, 1877, pp. 75-76.

⁴⁷ Cf. nota 30 deste capítulo.

⁴⁸ Para uma definição do conceito de *intelectual orgânico* ver Antonio GRAMSCI. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.

Os diagnosticados com epilepsia eram aconselhados a não frequentar bailes e espaços públicos, deveriam ser submetidos a rigorosos tratamentos higiênicos, além de arcar com a culpa de serem os responsáveis por sua exclusão, já que vários médicos citados chamam a atenção para a maneira como os próprios doentes buscam a solidão. Por outro lado, tinham sua doença ligada a outros elementos que a modernidade e a civilização deveriam eliminar, como a vida monástica, citada no trecho acima, ou com o atraso, como afirma Pedro Quintiliano Barbosa da Silva, em 1877, ao referir-se à educação:

“A má direção torna as crianças sensíveis ao mal de S. Gil. [epilepsia]. Os meninos em regra geral são entregues, desde que abrem os olhos a luz do dia, a escravas estúpidas, a criadas ignorantes, a pessoas que nenhuma noção tem a respeito da higiene das crianças. As mães de família, mesmo aquelas que pertencem às altas camadas sociais, logo que o filhinho nasce querem vê-lo ingerir as indigestas sopinhas, que em vez de robustecerem a criança vão depauperá-la em extremo quando não levam à sepultura em conseqüência de uma gastroenterite. Alimentando inconvenientemente, não desenvolvendo a capacidade física, não lhes poupando de impressões nocivas, é fora de dúvida que prepararão os progenitores campos para diversas moléstias, entre as quais figura a epilepsia.”⁴⁹

Além de atrelar a epilepsia à ignorância que, na visão destes homens, era característica do período colonial, Pedro Quintiliano mostra com mais clareza, talvez até com sinceridade, a ação desenvolvida por esses médicos. Fazendo-se presentes no interior da família patriarcal, eles desautorizam, aos poucos, antigas hierarquias e autoridades que regeram o universo das famílias patriarcais até então. A mãe deve educar o filho, e não entregá-lo aos cuidados de escravas, mas torna-se necessário também um conselheiro médico, que traga a voz da ciência para dentro da casa.

Esta lógica é muito parecida com a que pode ser encontrada na tese de Pinheiro Guimarães, em 1859. Nela a ação do discurso médico segue pelo mesmo caminho. Na ausência de recursos científicos mais confiáveis, o médico manifesta sua preocupação em relacionar-se com o *mundo da Casa* e realizar uma ação muito semelhante com a que seus alunos farão dez anos mais tarde, já em outra época.

⁴⁹ Pedro Quintiliano Barbosa da SILVA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1877, p. 10.

Pinheiro Guimarães lista como causas que podem levar à uma crise epilética:

*“Pregar grandes sustos nas crianças, histórias de assombrações, educação ascética e ultra-religiosa. [...] Estudos excessivos, desproporcionais às faculdades intelectuais do menino, sobretudo quando são feitos em alguns dos nossos colégios, espécie de claustros, onde não se brinca, não se corre, não fortalece-se enfim o sistema muscular, como se quizesse-se criar uma nação de pedantes e não de homens”*⁵⁰

Ou ainda:

*“[...] o onanismo é ainda mais perigoso, não só pela maior facilidade do abuso como também pela intervenção da força da imaginação.”*⁵¹

Recomenda também para o tratamento da epilepsia:

*“Banhos [...] Impressões morais fortes [...] Viagens longínquas [...] Habitação salubre [...] Cuidados com as funções da pele: banhos e maior asseio [...] Cabelos cortados à escovinha [...] Evitar exercícios violentos e evitar que epiléticos vivam sob o mesmo teto [...] Vida tranqüila no campo e horticultura”*⁵²

A ação médica é, no período de Pinheiro Guimarães, a ação de construção e expansão do Estado Imperial, com todas as implicações que isso pode gerar. Implicações políticas, culturais e sociais. Nesta construção, a medicina se expandiu atrelada ao Estado, reforçando seu mundo e, abrindo espaços na sociedade para que sua rígida hierarquia fosse mantida e se mantivesse ordenada. A medicina se expandiu reforçando os mundos criados pelo Império e fazendo ressoar dentro do *mundo da Casa* a voz emanada pela direção saquarema.

A epilepsia, nesse sentido, é uma doença que ocupa um lugar muito particular no discurso médico. Não é uma doença que preocupe por se manifestar em epidemias ou pelo número de mortes causadas. Ela, de maneira muito peculiar, assusta e incomoda pela sua manifestação no corpo físico de um indivíduo. Por um curto período

⁵⁰ Francisco Pinheiro GUIMARÃES. *Algumas palavras sobre a epilepsia. Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade.* (Tese para concurso a um lugar de opositor da seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia de D. L. Dos Santos, 1859, p. 30.

⁵¹ Ibid. p. 32.

⁵² Ibid. p. 80.

de tempo, parece que este corpo não respeita a mente e a alma do homem e, ao mesmo tempo, não respeita a lógica social neles construída. Uma manifestação chocante, que atravessa os três mundos imperiais, desrespeita barreiras sociais, limites e rígidas paredes que caracterizam o Império do Brasil. Como escreve Antonio Romualdo Monteiro Manso em sua tese em 1874:

*“Não há influência alguma por parte da miséria ou qualquer outra situação econômica para o desenvolvimento da epilepsia, no rico como no pobre; desde o rei até o mais vil súdito; desde o papa até o mais humilde cristão, há sofrimento epilético.”*⁵³

A maneira que Pinheiro Guimarães encontra para lidar com esta contradição é interessante. Ao analisar uma doença tão perigosa para a ordem social, ele conseguiu imprimir uma ação que, ao contrário do que se poderia esperar, reforçou a ação médica no sentido de consolidar no universo privado da *Casa* o lugar do Estado e seus agentes, e, dessa forma, contribuir para seu fortalecimento. Uma ação contraditória e conflituosa, mas que, ao construir a autoridade médica dentro do universo familiar, permitiu ao pensamento médico manter-se em sua posição de braço científico da expansão imperial.

Portanto, sua ação de ordenamento é uma ponte que se constrói entre o Estado e a família patriarcal. Ponte que, com os instrumentos disponíveis, procura crescer e consolidar-se. A medicina, assim, se fortalece e assume o papel de mediadora entre os dois pólos construtores da ordem imperial. Reproduz esta lógica no interior de suas instituições e a expande pela sociedade, sufocando com o silêncio os setores que ficavam à margem desta construção⁵⁴ e atacando as outras artes de curar que, ao se oferecerem como alternativas, ameaçavam sua posição social.

A partir do momento, no entanto, que a direção saquarema é contestada e os mundos imperiais são aos poucos desconstruídos, a medicina busca um novo espaço. Ao invés de consolidar o Estado Imperial, passa a consolidar o seu discurso e a sua própria posição social, expandindo-se para outros espaços que não o da família patriarcal. As conquistas da microbiologia, o pensamento médico evolucionista, o

⁵³ Antonio Romualdo Monteiro MANSO. *Do diagnóstico e tratamento das diversas manifestações do histerismo e da epilepsia*. Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade. (Tese apresentada a Faculdade de Medicina do rio de Janeiro e sustentada em dezembro do mesmo ano, sendo aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Academia, 1874, p. 49.

⁵⁴ Cf. Nota 3 deste capítulo.

positivismo e o darwinismo social, são elementos que crescem em importância no final do século XIX, permitindo à medicina em particular e à ciência como um todo serem instrumentos para aqueles que pautaram a agenda de reconstrução da ordem brasileira. Os discursos científico e tecnicista passam a ser fundamentais para legitimar qualquer posição política. Não é essa a postura, no entanto, registrada nas teses de epilepsia.

3. A crise no pensamento médico sobre epilepsia

A reprodução de uma ação já esgotada parece não achar seu lugar nos tempos que se abrem. Se, nesse momento, o pensamento científico parece dar o tom das mudanças em diversas esferas das vidas desses homens, é verdade também que no pensamento sobre epilepsia esse movimento não ocorre nos anos 1870, em grande parte em função do estado da ciência ocidental no que diz respeito a esta doença.

Nas teses brasileiras sobre a epilepsia, os mundos imperiais parecem se quebrar e as barreiras sociais transformarem-se. Não pela ação do discurso médico em si, mas pela sua incapacidade de lidar com a epilepsia. De forma irônica, devido aos tabus e preconceitos de que é alvo, a epilepsia expõe as incoerências e contradições de uma ordem hierárquica e excludente em seu momento de crise. Não através da construção de outra ordem, como se propõem os cientistas da época, mas reforçando o intenso questionamento e contestação a que passou a ser submetido o Estado Imperial. As conquistas da medicina não alcançam o campo da epilepsia e, assim, a fragilidade de seu discurso fica exposta.

Mas é também nesse período que começa a aparecer em algumas teses, ainda que timidamente, outra forma de se conceber o papel do médico e o lugar da epilepsia na sociedade. Começa a ganhar forma o discurso sobre a profilaxia das moléstias mentais, ou seja, o desejo de extinção dessas doenças, dentre as quais os médicos da época situavam a epilepsia, do corpo social e não do corpo individual. A idéia de herança da doença se apresenta de maneira constante nas teses, muitas vezes atrelada a um caráter degenerativo que lhe era atribuído. Thomaz Pimentel d’Uchôa, ainda em 1873, avisa que:

“[...] a herança pode ser muitas vezes pior que a moléstia dos pais, pois pode ser a própria loucura.”⁵⁵

A profilaxia exprime outra preocupação. Ao invés de controlar a epilepsia através da manutenção, reprodução e reafirmação dos mundos da sociedade imperial e de determinada direção política, ela exprime uma preocupação em livrar a sociedade de determinada doença. Trazer saúde à nação⁵⁶, impedir que ela siga por caminhos degenerativos e contribuir para que a sociedade finalmente se ordene através dos preceitos médicos e científicos e chegue finalmente aos trilhos do progresso.

A tese de José da Cunha Soutto Mayor, em 1877, tem uma seção especial intitulada *Tratamento Profilático*. Nela, o médico afirma:

“O regime é um meio profilático que deve merecer alguma atenção. A privação dos prazeres sexuais, principalmente do onanismo é uma regra de higiene que não deve ser esquecida. Tudo quanto pode afetar a moral: as paixões, prazeres, desgostos, devem ser evitados e o doente deve viver em um meio pacífico.”⁵⁷

Já Francisco Gualberto de Souza, em 1880, escreve:

“A profilaxia da epilepsia consiste em proibir da maneira mais absoluta o casamento ao epilético, bem assim os casamentos consangüíneos, sobretudo nas famílias em que a moléstia for hereditária. Não se deve também consentir de maneira alguma que a mãe epilética amamente o seu filho; este deve ser confiado a uma mama robusta e sadia.”⁵⁸

Ainda que sem trazer grandes alterações nas formas de tratamento, a simples presença do termo *profilático* ou *profilaxia* já é um indício significativo. A partir dos anos de 1880 e, com mais força, no início do século XX, a medicina assume outra postura na sociedade. Repensa sua posição e suas ações e se transforma, assim como o Estado, as famílias e suas próprias instituições. Ajuda a tecer, a partir daí, novas

⁵⁵ Thomaz Pimentel d'UCHÔA. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873, pp. 12-15.

⁵⁶ Sobre a idéia de médicos da nação ver: Margarida de Souza NEVES. *Pela Saúde da Nação. O Pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil*. MIMÉO, 2005.

⁵⁷ José da Cunha Soutto MAYOR. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Doutor em medicina pela mesma faculdade), Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1877, p. 59.

⁵⁸ Francisco Gualberto de SOUZA. *Epilepsia*. (Tese para obter o grau de doutor em medicina), Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro e C., 1880, p. 55.

relações sociais e reconstrói o espaço de exclusão daquele que denominavam de *epilético*. Através da idéia de degeneração, vê a doença e o doente como entraves ao progresso. Um mal a ser combatido pela sociedade, pela medicina e pelo Estado.

CAPÍTULO II

SEGUNDO QUADRO: RUMO AO PROGRESSO E À CIVILIZAÇÃO

1. A medicina na virada do século

Em 1898, é publicada na Bahia a tese de Júlio Afrânio Peixoto, com o título de *Epilepsia e Crime*. A publicação tem dois prefácios, escritos por Nina Rodrigues e Juliano Moreira, duas importantes referências da Faculdade de Medicina da Bahia e cujo prestígio também era grande na capital da República, o Rio de Janeiro. Tal fato demonstra a admiração que Afrânio Peixoto conseguiu logo em seus primeiros anos de atividade médica, devido ao que Nina Rodrigues define como:

“[...] esforço louvável de quem quer pensar por si, ter opinião própria sobre cada um dos termos da discussão e dos debates [...]”⁵⁹

O esforço por uma originalidade na produção científica brasileira não é algo específico de Afrânio Peixoto. Nesta época, o corpo médico como um todo procura produzir um discurso científico que se inspire nas sociedades européias, ditas *civilizadas*, mas que ao mesmo tempo seja original, único e traduza as especificidades da sociedade brasileira⁶⁰. Este esforço não está isolado no tempo, mas, ao contrário, faz parte de uma empreitada da *cidadela letrada*⁶¹ da medicina, que ganha força em finais do século XIX e início do XX, e que procura conduzir a sociedade brasileira em direção ao progresso, conforme o entendimento e as perspectivas próprios daquela virada do século.

Dentro deste contexto, o pensamento médico sobre a epilepsia ganha outros contornos, diferentes daqueles apresentados no primeiro momento já analisado. Mais do que isso, procura desqualificar as produções anteriores numa tentativa de legitimar a nova postura da medicina perante a doença. Não à toa, encontramos em um livro de impacto, como é este de Afrânio Peixoto, a seguinte afirmação:

“O preconceito, seja qual for a grandeza de sua envergadura e a natureza de sua constituição, em qualquer terreno em que por ventura

⁵⁹ Afrânio PEIXOTO. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898. P.s/nº.

⁶⁰ Lilia Moritz SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e o pensamento racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶¹ Angel RAMA. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

tenha aparecido, foi sempre um custoso obstáculo a superar na marcha regular de uma verdade. No terreno científico ele tem sido, vezes continuadas, a trave pesada diante da qual os entibiados tem cedido o esforço de que vinham animados, esmorecidos diante da dificuldade de transpô-la ou receosos da tentativa de desatramancar o caminho de sua importuna presença. [...] Muitos cientistas têm declinado do ensinamento de um fato observado simplesmente por não se ter a verdade resignadamente curvado a trilhar o caminho estreito que lhe haviam traçado.”⁶²

Prossegue em seguida:

“É que os homens Ilustrados nem sempre se eximem deste pecado dos outros mortais: a falsa vergonha da ignorância. O fato dado será explicado, seja como for, e se a razão não possuir a elasticidade o bastante para satisfazer a medida das necessidades, ainda assim, o recurso existe: nega-se a verdade. Ela que apareça em melhores tempos.”⁶³

Aborda, então, o tema mais específico de seu trabalho:

“Em redor da epilepsia formou-se um juízo falsíssimo, que para muitos ainda existe, legado deste hábito de respeitar as teorias moforentas, mesmo quando os fatos nos tenham castigado em um desmentido absoluto.”⁶⁴

A tese de Afrânio Peixoto critica as produções acadêmicas sobre a epilepsia anteriores a sua. Para ele, o pensamento médico sobre a epilepsia, doença que é objeto de seu trabalho, caminha por trilhas já percorridas e *moforentas*. O preconceito se coloca no caminho da verdade, ou seja, da verdadeira produção científica, mesmo que para isso tenha que negar a verdade, sendo castigado pelos fatos do dia a dia. Este

⁶² Afrânio PEIXOTO. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898. P.3.

⁶³ Ibid. P.4.

⁶⁴ Ibid.

trecho é bastante significativo se levarmos em conta o molde das teses produzidas nos anos de 1870, que parecem, efetivamente, corresponder à descrição deste autor e que são os trabalhos de uma época que precedeu à sua. Afrânio demonstra nesta tese uma preocupação que vai além de seu objeto. Ele está preocupado com a produção científica e seu discurso, uma vez que, ao não cumprir seu compromisso com a verdade, esta produção não qualifica seu produtor, o médico, para desempenhar seu papel de dirigente em uma sociedade que procura ser moderna.

Esta preocupação é explícita na tese de Afrânio Peixoto, mas ele não se encontra sozinho nesta posição que defende, uma vez que esta postura faz parte de um movimento bem mais geral da medicina, e de modo mais específico, do pensamento desta sobre a epilepsia. Este movimento se sustenta na força, cada vez maior, de correntes de pensamento cientificista, como o *darwinismo* e o *positivismo*⁶⁵, que constroem uma legitimidade social para o discurso científico, e, aos poucos, tornam-se hegemônicas em alguns dos principais espaços de poder da Europa e também do Brasil.

Este pensamento é sustentado, também, em novas descobertas no campo científico, e dentro deste, especificamente, no campo da medicina. Dentre as conquistas da medicina, vale à pena ressaltar os avanços na área da microbiologia. Neste campo, se destaca o cientista francês Pasteur, que em 1885 anuncia suas primeiras conquistas no controle da raiva por meio da vacinação. Do ponto de vista da eficiência e do alcance, o desenvolvimento de vacinas pode ser considerado um marco dentro da medicina⁶⁶. Também no campo da neurologia aconteceram descobertas importantes. Em 1898, mesmo ano de publicação do livro de Afrânio Peixoto, Camilo Golgi, cientista italiano, consegue descobrir o aparelho reticular interno, fato importante para uma posterior compreensão dos mecanismos da epilepsia. Em 1906, o italiano, junto com o cientista espanhol Ramón y Cajal, ganharia o Prêmio Nobel pelas suas descobertas no campo da morfologia do cérebro humano.

⁶⁵ Um maior desenvolvimento sobre esse tema foi feito por:

Lília Moritz SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e o pensamento racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶⁶ Cfr. Jane Dutra SAYD. *Mediar, Mediar, Remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental*. Rio de Janeiro: EdUERj, 1998. Ou: www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.

A produção deste discurso médico no Brasil, portanto, está situada em um contexto de avanços importantes da ciência e da medicina na Europa e nos Estados Unidos. Do ponto de vista do estudo sobre a epilepsia, as descobertas de Ramón y Cajal e Camilo Golgi seriam as mais relevantes para compreender melhor os mecanismos da doença em questão. É importante ressaltar que os médicos brasileiros estão bastante atualizados em relação a essas descobertas e, inclusive, dialogam com elas nos seus escritos.

Em 1896, dez anos antes da entrega do Prêmio Nobel aos cientistas mencionados, Deolindo Galvão, em sua tese, intitulada *Responsabilidade Criminal nos Epiléticos Impulsivos*, defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, já realizava um diálogo com os trabalhos de ambos:

*“Rendendo homenagem ao célebre método de Golgi e aos trabalhos de Ramón y Cajal, Kolliker, Lenhassek, e Van-Gehuchten, acentuando o conhecimento de certas localizações cerebrais, tais como: a localização da linguagem articulada na terceira circunvolução frontal esquerda e os territórios ocupados pelos centros dos diversos segmentos dos membros superiores e inferiores e da face, mostram a necessidade de se ter um conhecimento exato de outras localizações e distinguir com cuidado os fenômenos de excitação e de déficit.”*⁶⁷

Já Manuel de Marsillac Motta escreve, em 1900:

*“Essa excitação implica o despertar da energia potencial acumulada nos elementos nervosos que constituem as quatro zonas em que Ramón y Cajal dividiu a córtex cerebral.”*⁶⁸

A capacidade dos médicos brasileiros de se manterem atualizados é notável, em um período no qual os meios de comunicação, por mais que esses também tenham tido avanços significativos, deviam percorrer grandes distâncias e não tinham alcançado

⁶⁷ Deolindo Octaviano da F. GALVÃO. *Responsabilidade Criminal nos Epiléticos Impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896. P.19.

⁶⁸ Manuel de Marsillac MOTTA. *Das Descargas Motoras na Epilepsia Essencial; suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères. 1900. P.41.

a tecnologia necessária para garantir a conjugação entre comunicação e velocidade. É interessante perceber também como, de certa forma, a medicina reconhece a importância das novas descobertas da área de neurologia e procura operar com elas dentro do campo da epilepsia. Uma citação da tese de Deolindo Galvão é um indício importante deste movimento:

*“Descrita a epilepsia, não mais como uma nevrose, mas como uma moléstia de sede anatômica conhecida e as variedades clínicas que soe ela apresentar, mereceram-nos especial atenção a síndrome clínica das impulsões e os fatores determinativos desta alteração mental.”*⁶⁹

A afirmação de que os médicos não classificavam mais a epilepsia na categoria das nevroses é algo novo e próprio deste período. Mesmo que não seja regra nas teses produzidas na Bahia e no Rio de Janeiro, não deixa de ser significativo que ao menos uma tese já trabalhe a partir deste fundamento, já que a classificação da epilepsia como uma doença mental, além de expressar, por si mesma, um preconceito, induz à construção de uma identidade do doente de epilepsia perante o corpo social que não corresponde à realidade de sua doença, já que o aproxima dos loucos.

A partir desta breve análise, já é possível perceber que o pensamento médico sobre a epilepsia no Brasil na virada do século, ou seja, aquela cuja formulação provém dos dois principais centros de produção médica da época, Rio de Janeiro e Salvador, está distante da inércia que havia dominado o pensamento médico sobre a epilepsia formulado nas teses dos anos de 1870. Mais do que estar em contato com a medicina européia em um momento de grande ebulição, esses médicos brasileiros da virada do século procuram transformar o padrão de escrita dominante em tempos anteriores. Muitos autores estrangeiros são citados apenas como argumento de autoridade, de maneira semelhante às teses de 1870, mas outros tantos são questionados pelos médicos do Brasil, em uma tentativa de produzir algo original, como é o caso de Afrânio Peixoto, que procura discutir a tese central de Lombroso, importante criminologista italiano, e de quem discorda em alguns pontos.

⁶⁹ Deolindo Octaviano da F. GALVÃO. *Responsabilidade Criminal nos Epiléticos Impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896. P.s/nº.

Mesmo ao afirmar esta mudança de forma e conteúdo das teses, no entanto, é possível perceber alguns traços interessantes que mostram vínculos de continuidade com a produção médica de períodos anteriores. Manuel de Marsillac Motta, após realizar um inovador diálogo com avanços na área da química, na tentativa de aplicar elementos desta ciência em seu estudo sobre a epilepsia na tese “*Das descargas motoras na epilepsia essencial; sua vantagens e danos*”⁷⁰, começa a dissertar sobre a epilepsia de uma forma muito próxima àquela das teses dos anos de 1870. Assim, discorre sobre alguns nomes que a epilepsia teve em tempos antigos, como *morbus hercúleo*, e principalmente, continua a classificar a epilepsia como uma nevrose⁷¹.

As transformações que ocorreram no campo técnico conformam uma importante chave para entender a mudança pela qual passou o discurso médico sobre epilepsia na virada do século. No entanto, não é o suficiente. O campo médico não se transformou apenas por força de novas descobertas, mas também por transformações de ordem social, política e cultural próprias daquele momento. Assim, mesmo com os médicos inseridos e dialogando com o campo científico internacional, as teses continuam a reproduzir alguns preconceitos e formas de escrita de um tempo que esses mesmos médicos criticam. Além das reproduções, as novas teses constroem novos valores e mesmo outros preconceitos, que permitem identificar uma nova visão de mundo por parte dos médicos, que, por sua vez, reflete sua nova posição em uma sociedade que está em processo de reconstrução da ordem social e também de suas formas de exclusão.

2. A reconstrução do preconceito

Edelberto de Lellis Ferreira em sua tese, escrita em 1899, afirma terem os epiléticos características morais específicas, tais como:

“[...] a religiosidade, o amor bestial, a obscenidade, o canibalismo, a tendência a bebidas alcoólicas, a tatuagem, etc. [...] Apresentam as mais extravagantes contradições: rixosos, desconfiados, cínicos, bruscamente tímidos, respeitosos, devotos, dóceis até a mais vil bajulação tendo como

⁷⁰ Manuel de Marsillac MOTTA. *Das Descargas Motoras na Epilepsia Essencial; suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères. 1900.

⁷¹ Ibid. Pp. 28-29.

*principal característica à perversão dos afetos e a cruza dos sentimentos.”*⁷²

No trecho, é nítida a criação de uma identidade acentuadamente negativa para o doente de epilepsia. Esta forma de preconceito, mesmo perante inovações técnicas importantes, permanece de certa forma não questionada nas teses. Outros exemplos podem ser encontrados na tese de Manuel Marsillac de Motta, escrita em 1900, que afirma:

*“A herança constitui o principal fator do aparecimento da nevrose.”*⁷³

Mais tarde, na mesma tese, cita o médico italiano Tonnini para dizer que :

*“Nenhuma forma que abrace tantas variedades e concilie tão opostas aptidões. O epilético é o verdadeiro campeão da assimetria. Justamente por isso há o aparecimento de verdadeiros gênios em indivíduos comprovadamente epiléticos.”*⁷⁴

Continua na página seguinte:

*“É raro encontrar um epilético no qual a moralidade e a inteligência entrem naquelas proporções que constituem a organização psíquica do homem perfeitamente equilibrado. O homem se desumaniza, degenera-se. A normalidade se quebra.”*⁷⁵

A quebra da normalidade é o corolário da classificação da epilepsia como uma nevrose. A epilepsia desordena o corpo e afeta a racionalidade dos que padecem desta doença, segundo as palavras do Dr. Marsillac da Motta, ela *desumaniza*. A imagem da crise convulsiva se espalha por toda a análise que o autor realiza da doença, e ao fazer

⁷² Edelberto de Lellis FERREIRA. *Epiléticos Criminosos: grau de sua responsabilidade penal*. Rio de Janeiro: Tipografia Guimarães, 1899. P.17.

⁷³ Manuel de Marsillac MOTTA. *Das Descargas Motoras na Epilepsia Essencial; suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères. 1900. P.31.

⁷⁴ Ibid. P.35.

⁷⁵ Ibid. P.36.

isso, reproduz uma série de valores que se encontram no pensamento sobre a epilepsia desde tempos anteriores a ele. Além do mais, é bom ressaltar uma novidade textual importante. Ao final do último trecho, é usado um termo bastante relevante, se considerarmos o pensamento social e científico da virada do século: o doente *degenera-se*.

A idéia de degeneração confere uma outra feição a esses preconceitos. A *moralidade*, a *inteligência* e a *organização psíquica*, além de não serem, nos que então são chamados de epiléticos, aquelas de um homem normal, tendem a ficar cada vez piores, deixando o paciente cada vez menos humano. Quando o autor afirma que a *herança* constitui o principal fator do surgimento da doença, logo em seguida questiona:

“[...] não é possível admitir que vícios de estrutura e perturbações de função transmitidos e acentuados a cada geração não geram no indivíduo descendente o próprio mal?”⁷⁶

A degeneração torna-se um termo chave para explicar a epilepsia. A doença consome o ser humano, tirando do doente a razão e a sua humanidade. Através do recurso ao conceito de degeneração, Manuel Marsillac Motta entra no debate corrente da época sobre a multiplicidade ou unicidade da epilepsia. Ou seja, se a manifestação da doença se dava de uma única forma ou de formas variadas.

“Mas é o que se faz quando se denominam as epilepsias alcoólicas, saturninas, sífilíticas, tóxicas, etc. Como se o álcool, o chumbo, a sífilis, fossem por si só capazes de desenvolver o mal sem que tivesse uma degeneração preexistente.”⁷⁷

Ao aproximar a epilepsia da degeneração, o autor vincula à doença diversos outros males, sejam eles físicos, morais ou sociais. Ele aceita diversas formas de manifestação da doença, e, portanto, seus efeitos poderiam ser múltiplos. Mas, segundo o médico, isso não se verifica porque sua origem é única: a degeneração. Manuel Marsillac não é o único a fazer essa aproximação. Afrânio Peixoto em seu livro também cita autores estrangeiros para dizer:

⁷⁶ Ibid. P.31.

⁷⁷ Ibid. P.30.

*“É preciso ouvir ainda o Dr. L. Moupé, que conclui um ótimo estudo sobre a epilepsia tardia, afirmando que ela não se manifesta fora de uma predisposição hereditária algumas vezes direta, congestiva ou convulsiva, muitas vezes nevropática, sempre degenerativa [...] A epilepsia revele-se por qualquer de suas variedades clínicas, é em si, intimamente, essencialmente uma degeneração.”*⁷⁸

Para esses médicos, entender a epilepsia é entendê-la enquanto uma degeneração. Herdada dos pais pelos filhos, a epilepsia degenera hábitos cotidianos, a moral dos doentes, tira sua normalidade, sua humanidade e sua razão. A cada nova geração o mal se intensifica, deixando o doente mais próximo da loucura. Estas são as conseqüências da degeneração sobre o corpo individual. No entanto, ao se degenerar em direção ao *alcoolismo*, ao *amor bestial*, ou até mesmo em direção ao *canibalismo*, de acordo com a lógica empregada pelos médicos da época, o *epiléptico* degenera também o corpo social no qual está inserido. Ou melhor, cria um ciclo vicioso neste meio social, que, por um lado, gera degenerados, e, por outro, tem a degeneração moral da sociedade reforçada pelos mesmos.

A forma como essa lógica se concretiza de maneira mais consistente é através do vínculo entre epilepsia, degeneração e propensão ao crime⁷⁹. É significativo o número de teses sobre a epilepsia que analisam este tema, como aquela que se transformará no livro de Afrânio Peixoto, intitulado *Epilepsia e Crime*. No livro, o médico procura, mesmo discordando em alguns pontos do médico italiano Cesare Lombroso⁸⁰, com quem mantém um forte diálogo acadêmico, provar que uma das formas de manifestação da doença é a impulsão ao crime. Assim, ele afirma:

“Pretendi apenas demonstrar, e apoiar em juízos seguríssimos, que todo epiléptico, em um momento dado, uma vez se encontrem preparadas certas circunstâncias, penderá numa violência ou num ato inofensivo. O crime nestes indivíduos não é mais que a continuação lógica, terminação exclusiva de sua impulsão, de sua determinação falseada pela moléstia, e

⁷⁸ Afrânio PEIXOTO. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898. P.34.

⁷⁹ Maria Aparecida dos Santos, que trabalha no mesmo projeto, pesquisa a relação entre epilepsia e crime.

⁸⁰ Cesare Lombroso era um dos principais expoentes da teoria que vincula a epilepsia ao crime. Para mais informações, ver: www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.

*isso não somente debaixo da ação imediata de suas crises, mas em toda a continuidade de sua vida.”*⁸¹

Poucas páginas depois, conclui a tese:

*“Resta-me porém uma convicção, assentado pelo que tem de justeza e verdade e que aqui deixo: a criminalidade do epilético é bem uma revelação sintomática da epilepsia.”*⁸²

Com tais afirmações, Afrânio Peixoto traz o problema social que constitui o crime para dentro do campo de reflexão e intervenção da medicina, já que, segundo sua análise, determinados crimes devem ter um tratamento mais médico do que policial. O *epilético* se degenera e, por isso, degenera a sociedade ao seu redor por meio do crime e outras manifestações sociais de sua doença.

A preocupação com o corpo social no lugar do corpo individual também aparece em outras teses. Manuel Marsillac de Motta defende que o crime e a convulsão são duas formas de manifestação da epilepsia. Se o doente não tem convulsões, o corpo irá descarregar as energias acumuladas na forma do crime, e vice-versa.

*“O homicídio, o roubo, o incêndio, o estupro, a violência casual, etc., nada há capaz de fazer estacar o epilético diante da satisfação de seu instinto pervertido, de um desejo lúbrico, da violência de suas paixões, de suas impulsões criminosas enfim.”*⁸³

A partir da visão, que cria um vínculo estreito com o crime, Manuel Marsillac revela sua principal preocupação ao dizer que a crise motora, ou seja, a convulsão, é a forma de manifestação da epilepsia que menos prejuízos causa à sociedade. O crime, por sua vez, é uma forma de manifestação que causa danos a interesses sociais como a vida, a propriedade e a honra.

⁸¹ Afrânio PEIXOTO. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898. Pp.174-175.

⁸² *Ibid.* P.176.

⁸³ Manuel de Marsillac MOTTA. *Das Descargas Motoras na Epilepsia Essencial; suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères. 1900. P.45.

“Mas, que valem, sob o ponto de vista social, estes danos exclusivamente individuais do epilético, diante daqueles que a intromissão e o convívio dele na sociedade podem determinar? [...] Pois se é verdade que todos lamentam e se compadecem da horrível sina desses desgraçados enfermos; é verdade também, que cada um de nós não permite, não tolera que um mal alheio, possa vir a ser um mal nosso. Há males que vem para o bem.”⁸⁴

Uma das principais mudanças na construção do pensamento médico sobre a epilepsia deste período fica patente no trecho acima. Existe uma preocupação cada vez maior do corpo médico com a cura da sociedade brasileira. No caso do estudo sobre a epilepsia, o coletivo passa a se impor sobre o individual. Este caminho é reforçado pela contínua impossibilidade de cura do indivíduo por meios científicos.

Assim, a significativa mudança na escrita das teses da virada do século em relação às precedentes, principalmente aquelas escritas nos anos de 1870, pode ser relacionada a muitos fatores. A consolidação da medicina como um corpo científico confiável e cada vez mais indispensável no mundo ocidental e o surgimento de teorias científicas são alguns desses fatores. No entanto, de forma concreta, em praticamente nada essas mudanças contribuíram para um desenvolvimento do tratamento da epilepsia, que continuava a ser um *mal* incurável.

Essas mudanças na forma da escrita, do preconceito e da exclusão, se articulam, portanto, a uma mudança também da sociedade brasileira, de seus jogos e projetos políticos, de sua ordem, de sua desordem, e principalmente, do papel que o médico pretendia desempenhar no Brasil por época da virada do século. Esta nova função está presente em muitos dos trechos já citados. Mas Edelberto de Lellis Ferreira escreve sobre a relação entre a epilepsia e o crime de uma forma um pouco diferente de seus colegas. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1899, com idéias fortemente influenciadas pelo médico baiano Afrânio Peixoto, Edelberto de Lellis afirma:

⁸⁴ Ibid. P.50.

“A cada explosão do seu mal sucede a depressão de espírito e a melancolia que se vai acentuando cada vez mais, tornando-o elemento de terror à massa ignorante que o cerca e que dele se vai afastando dia a dia, levando-lhe o caráter, já de si azedado, infundindo-lhe ódio à sociedade, levando-o a buscar a libertação no suicídio ou numa exacerbação impetuosa a abraçar-se numa violência desmedida.”⁸⁵

A epilepsia não é, sozinha, sinônimo da degeneração em um corpo social. Ao contrário, ela compõe o cenário de degeneração junto com muitos outros elementos e fatores presentes na sociedade brasileira. O trecho acima é relevante, pois diferentemente da maioria das teses, o autor não enxerga a violência somente como um sintoma da epilepsia. Mesmo sem negar este pressuposto, ele reconhece também que grande parte desta violência e do perigo que o *epilético* representa se constrói devido à exclusão a qual fica submetido o doente dentro de uma *massa de ignorantes* dos preceitos médicos que permitem ao doente ser devidamente tratado.

As luzes da medicina, no que se refere ao estudo sobre a epilepsia, não pretenderam se irradiar por todo o Brasil ao longo do período imperial. De suas conquistas são beneficiárias, sobretudo, as famílias da *boa sociedade* que tinham em seus médicos de família⁸⁶ um confidente, um guia e uma segurança. Quando a preocupação passa a ser a cura da nação, as luzes médicas irradiadas no período imperial tornam-se insuficientes. É necessária uma ação médica mais profunda em toda a sociedade brasileira. A idéia de profilaxia⁸⁷, ou seja, no caso que nos ocupa, os cuidados preventivos em relação às doenças mentais, ganha força nessa época. Afinal, se não podem curar a doença do corpo individual, basta que este corpo não se reproduza para livrar a sociedade, no futuro, do mal que representa. O médico, neste momento, precisa chegar a toda sociedade e, portanto, entrar em mundos com os quais não havia construído pontes até então. Na perspectiva daquele tempo, o progresso leva a sociedade em direção à civilização, e esta, por sua vez, requer espaços e corpos ordenados. Por essa razão, a missão do médico seria levar o país rumo à civilização e, portanto, uma de suas funções era ordenar o degenerado.

⁸⁵ Edelberto de Lellis FERREIRA. *Epiléticos Criminosos: grau de sua responsabilidade penal*. Rio de Janeiro: Tipografia Guimarães, 1899. Pp.19-20.

⁸⁶ Cfr. Capítulo I deste relatório.

⁸⁷ Ibid.

3. O Estado, o médico e a família

Os limites sociais da ação médica, construídos historicamente, assim como o alcance ainda muito relativo da ação da *cidadela letrada* da medicina no Brasil da virada do século, tanto do ponto de vista social como do geográfico, restringindo seus cuidados à boa sociedade dos centros de maior importância da época, constituíram empecilhos práticos a este novo papel do médico. Manuel de Marsillac Motta, ao mencionar a dificuldade do diagnóstico da epilepsia do ponto de vista biológico, acaba por revelar também outra dificuldade, esta de cunho social:

*“O mal se reveste das mais variadas roupagens clínicas e por isso é de difícil diagnóstico. Principalmente se não há tempo de acompanhar e conhecer miudamente a vida do indivíduo.”*⁸⁸

Ou seja, uma dificuldade de diagnóstico do ponto de vista biológico, torna-se ainda mais gritante quando não se pode acompanhar o cotidiano do paciente, o que é um privilégio de poucas famílias no Brasil. A *cidadela letrada*, então, realiza um movimento de aproximação com o Estado (e também, no caso, a recíproca é verdadeira) que irá permitir que, primeiro, a medicina se torne um importante agente de ordenação social no primeiro momento republicano, e, segundo, que a *cidadela letrada* médica construa pontes com outros setores da sociedade. É interessante notar que, já em 1896, Deolindo Octaviano da F. Galvão, em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia escreva para os leitores:

*“Compreendem os que nos lêem que insistimos neste ponto atento a importância hodierna do diagnóstico médico na apreciação da responsabilidade ou irresponsabilidade do delinqüente, única maneira científica de, desprezando o obstrucionismo dos códigos, à luz da ciência, poderem interferir sobre eles em nome da justiça os representantes da lei.”*⁸⁹

Na visão de Deolindo, a luz da ciência, emanada pelo médico, torna-se necessária para que o Estado exerça sua função da melhor forma possível, tal como acontece em países *civilizados*. Este último termo é muito importante para a compreensão da construção da ordem neste período.

⁸⁸ Manuel de Marsillac MOTTA. *Das Descargas Motoras na Epilepsia Essencial; suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères. 1900. P.34.

⁸⁹ Deolindo Octaviano da F. GALVÃO. *Responsabilidade Criminal nos Epiléticos Impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896. P.54.

A partir de 1898, o presidente Campos Salles começa a articular o jogo político que iria equilibrar a balança política ao longo de toda a República Velha. Neste jogo, o *cenário* dos Estados, ou seja, o poder político das oligarquias, principalmente mineira e paulista, iria imprimir direção à república enquanto o cenário urbano do Rio de Janeiro, a capital modernizada, representaria o futuro a que o país estaria destinado e encenaria o progresso, ainda que fosse apenas um progresso de fachada. A capital federal iria se tornar o espelho da *civilização* dentro do Brasil, ao mesmo tempo em que a força política de sua agitada população de excluídos era sufocada por meio da coerção. O Rio de Janeiro deveria se ver e ser visto como uma Paris tropical, mas a direção política da república era estipulada a partir do *cenário* dos estados, do interior do país portanto, onde o coronelismo de outros tempos continuava, sob novas formas, a ditar as regras, pautadas agora pelo pacto federativo⁹⁰. O Rio de Janeiro, portanto, representa um espaço importante da República Velha, o *cenário* urbano modernizado, *cenário* onde a desordem deveria ser controlada e onde a *cidadela letrada* da medicina irá criar poderosas relações políticas, uma vez que a cidade era também a capital do país.

É na capital federal que o baiano Juliano Moreira publica, em 1905, um artigo intitulado *Assistência aos Epiléticos – Colônia para eles*. Juliano Moreira já era um médico importante no campo do tratamento das doenças mentais. Na época, dirigia desde 1903 o Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, cargo que continuaria a desempenhar até 1930⁹¹. Moreira formara-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde lecionou por algum tempo antes de realizar cursos no exterior e mudar-se para a capital da República. Sua trajetória é simbólica e, de certa forma, representativa, pois revela ao mesmo tempo a conexão que existe do médico brasileiro com as mais recentes novidades da medicina européia, como também simboliza a ligação entre os dois principais centros médicos brasileiros da época, Salvador e Rio de Janeiro, que não se isolavam, mas se relacionavam e se equivaliam, sem que isso impedisse que a transferência de médicos baianos ou formados na Bahia para a capital federal fosse vista como uma forma de ascensão social e reconhecimento público por

⁹⁰ Margarida de Souza NEVES. *Os Cenários da República. Obras na virada do século XIX para o século XX*. IN: Jorge FERREIRA, Lucília de Almeida Neves DELGADO (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁹¹ Cfr. www.historiacultura.pro.br/cienciaepreconceito.

razões que pouco ou nada respondiam a questões científicas. Clinicar, atuar e influir no Rio de Janeiro era, para aqueles homens, estar na mais avançada das trincheiras do progresso no país.

A figura e a trajetória de Juliano Moreira, no entanto, não pode ser considerada regra dentro da medicina no Brasil. Moreira era negro, de origem pobre, e defendia uma posição contrária à teoria⁹², quase hegemônica na época⁹³, de que a degeneração fosse resultado da presença de raças consideradas inferiores, como o negro, no país. Tanto do ponto de vista social, como do acadêmico, Juliano Moreira torna-se uma figura singular na *cidadela letrada* da medicina, e chega a ocupar um posto de bastante relevância, dirigindo um dos principais espaços de tratamento de doenças mentais do país, o Hospital Nacional dos Alienados.

É esta posição social e sua singularidade, portanto, que tornam tão relevante seu artigo publicado em 1905. É um trabalho escrito por um médico que está atento às principais questões que se apresentam em seu meio profissional. De certa forma este artigo, mais do que uma tese, é representativo do posicionamento do campo médico perante a sociedade, sem, é claro, apagar os conflitos e tensões inerentes à própria *cidadela* dos médicos. Inclusive, do ponto de vista dessas divergências internas, o que Juliano Moreira escreve sobre alguns temas representa uma opinião divergente daquela da maioria do corpo médico. Primeiramente no campo da discussão sobre a influência das raças na degeneração do corpo social brasileiro. Este ponto, no entanto, não é muito relevante para o debate sobre epilepsia, já que Juliano Moreira não era o único a desconsiderar a variável raça em relação à propensão à epilepsia⁹⁴. Em segundo lugar, e este ponto é mais relevante para a discussão aqui proposta, a preocupação deste médico com a situação do doente de epilepsia aparenta ser tão grande, ou maior, do que sua preocupação com o resto da sociedade. Se comparada com a escrita de Manuel Marsillac, que sustenta que as convulsões, por serem uma descarga das energias potencialmente orientadas para o mal e o crime, poderiam ser consideradas como uma

⁹² Ibid.

⁹³ Lilia Moritz SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e o pensamento racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹⁴ Cfr. Aderivaldo Santana de RAMOS. *Epilepsia. Raça e Gênero. Preconceito e pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Orientadora: Prof.^a Dra. Margarida de Souza Neves. Departamento de História PUC. Rio de Janeiro, 2006. (MIMEO).

forma de evitar danos do *epilético* à sociedade, esta característica torna-se ainda mais relevante.

O artigo é escrito para ser lido por homens do governo e propõe políticas públicas destinadas aos epiléticos. Diferentemente de seus colegas, que escrevem para outros médicos, Moreira escreve, portanto, para intervir na arena pública. Por isso, no final de seu artigo, Juliano Moreira escreve:

*“À ponderação do ilustre Senhor Presidente da República e do ilustrado professor de Direito, que é seu Ministro de Negócios Interiores, entrego a idéia que acima esbocei.”*⁹⁵

O objetivo do artigo é propor aos poderes públicos a iniciativa de criar colônias específicas para doentes de epilepsia. Para o autor:

*“O grau de cultura moral de um povo deverá ser aquilatado pela solicitude com que soubesse atenuar as dores e aflições aos que baqueiam na concorrência social e ainda pelo afã com que as procurasse evitar.”*⁹⁶

Ou seja, para melhorar a cultura moral de determinado povo, é necessário que os poderes públicos atenuem as dores e aflições deste mesmo povo. Esta preocupação de Juliano Moreira se expressa novamente no seguinte trecho, que escreve após citar casos de doentes de epilepsia que não tiveram qualquer assistência:

*“Eis aí uma série de infortúnios, que bem poderiam ter sido evitados se já tivessem os poderes públicos cogitado dos meios de hospitalizar doentes desta natureza.”*⁹⁷

A preocupação de Juliano Moreira, expressa nessas palavras, recai sobre a situação e o que considera serem as necessidades específicas do doente de epilepsia, sobretudo daqueles que, por sua situação social e econômica, não podem contar com

⁹⁵ Juliano MOREIRA. *Assistência aos epiléticos – colônia para eles*. IN: Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e ciências afins, ano 1, nº2. Rio de Janeiro, 1905. P.182.

⁹⁶ Ibid. P.167.

⁹⁷ Ibid. P.168.

suas famílias para o cuidado cotidiano. No entanto, seu apelo aos poderes públicos somente ganha corpo quando o artigo vincula a epilepsia com a degeneração da população brasileira. É neste ponto específico que, não só Juliano Moreira como a opinião geral da *cidadela letrada* da medicina procuram se afirmar e ganhar força perante a sociedade e perante o Estado.

*“Não vem ao caso discutir se é uma ou se é múltipla a epilepsia: basta lembrar que os epiléticos fornecem um vasto contingente à legião de criminosos de todas as classes.”*⁹⁸

Em outro momento do artigo, escreve:

*“Infelizmente é impossível fazer uma estatística de nossos epiléticos. Mas a frequência com que eles são observados nas clínicas, nas oficinas, nas fileiras do nosso exército, a bordo de nossos navios, nas prisões, nos manicômios, nas ruas de nossas capitais, podemos inferir que o seu número crescerá de dia em dia, por isso que é enorme a progressão de tal enfermidade nas sociedades que vão crescendo sem cuidar dos meios de melhorar o grupo humano.”*⁹⁹

Ou ainda:

*“É bom atendermos a que, ao lado dos nossos epiléticos, isto é dos que foram produzidos pela tara degenerativa de progenitores vindos nestas levas de maus imigrantes, lida das terras de que provinham, temos também os epiléticos estrangeiros desalentados da Pátria, e que vêm esperançados de melhor sorte, para dentro em pouco caírem descoroados no álcool, no crime, não perdendo para infortúnio de nosso fruto, oportunidade de gerar maus filhos.”*¹⁰⁰

⁹⁸ Ibid. P.167.

⁹⁹ Ibid. P.179.

¹⁰⁰ Ibid. P. 180.

A preocupação com a degeneração social é constante. Ela aparece quando os *epiléticos, supostamente*, aumentam as fileiras de criminosos, quando eles vagam pelas ruas e pelas praças, quando *maus imigrantes* aportam no Rio de Janeiro. Os infortúnios e o bem-estar social destes degenerados seria, também, o bem-estar social de todo o país. Os degenerados degradam a *cultura moral* do povo, aumentando a desordem das ruas e prejudicam a consolidação da República, assim como também a da medicina dentro da sociedade. Diferentemente das teses de 1870, este escrito médico procura se vincular ao Estado de forma tão direta quanto já estava vinculado ao cotidiano das famílias. Nessa perspectiva, o Estado deve assistir a medicina em seu processo de consolidação na sociedade e incorporar os médicos na condução de políticas públicas, e, por outro lado, como contrapartida, a ciência médica iluminaria o Estado com a luz da ciência e das letras, legitimando seu projeto ordenador, e criando diretrizes de ação necessárias e pertinentes.

O último trecho citado mostra ainda a preocupação com a família enquanto geradora de *maus filhos*, ou seja, também degenerados. Isto revela a permanência da interferência da medicina no mundo familiar, no intuito de ordenar o universo privado. Esta preocupação, existente no período imperial, quando articulada com os projetos modernizadores próprios da virada do século, se transforma significativamente, ao ganhar uma nova conotação. A preocupação com a degeneração, com o progresso, com a saúde do corpo social, e com a expansão da medicina por toda a sociedade, mudou o eixo de ação de boa parte dos médicos, ao criar um horizonte de sentido distinto para a ação dos médicos. Até mesmo a continuidade da importância da ação dos médicos junto às famílias implica em algumas discontinuidades, uma vez que estas famílias já não são apenas as das elites tradicionais brasileiras, vindo a juntar-se a estas as famílias de imigrantes enriquecidos, de industriais, de banqueiros, e de outros setores emergentes.

No artigo, Juliano Moreira revela de forma mais explícita esta preocupação:

“É claro, repito, que os comiciais em boas condições de fortuna desnecessitam as mais das vezes de que o Estado ou a beneficência particular os amparem. Atravessam por vezes a existência sem que tenham tido na rua ou na convivência pública uma só de suas crises. Os

outros, os pobres, precisam de assistência a fim de que não vão cair no alcoolismo e no crime.”¹⁰¹

O apelo que Juliano Moreira faz por uma assistência estatal se restringe aos doentes de epilepsia pobres, de modo a não caírem no *alcoolismo* e no *crime*, ou seja, se degenerarem, provocando a desordem urbana. O trecho revela algo que se constrói de forma implícita em outras teses da época. O controle da desordem, principalmente urbana, faz parte de um projeto ordenador compartilhado pelo Estado e pela medicina. A desordem aparece referida, constantemente, ao crescimento das populações pobres de grandes centros, e, entre estes, a principal referência é a capital da República.

É interessante notar o argumento que Juliano Moreira usa para justificar a falta de preocupação com as famílias abastadas, já que afirma que os doentes diagnosticados como epiléticos destas famílias, por vezes, atravessam a existência sem que tenham tido na *rua* ou na *convivência pública* uma só de suas crises. Implícitas na afirmação estão, por um lado, a preocupação com a epilepsia por ser esta uma doença que quebra a ordem pública, e, portanto, enquanto um empecilho a ser removido das ruas e da convivência pública pelo Estado e pela medicina. Por outro lado, não é difícil perceber um indício do confinamento dos que eram *abastados* e, também, doentes com epilepsia no espaço privado.

Mesmo ao formular argumentos médicos singulares, ao manifestar uma preocupação com as camadas mais pobres da população, ao questionar alguns preconceitos da época, como o preconceito de raça, Juliano Moreira é um homem de seu tempo e tem uma atuação dentro de seu campo profissional que é reveladora e expressiva de seu momento histórico, momento de reconstrução de uma ordem social e política, do Estado, e do próprio corpo médico.

A transformação do discurso da *cidadela letrada* dos médicos na virada do século deve-se tanto às mudanças do contexto da época quanto às conquistas técnico-científicas da medicina como ciência naquela conjuntura. Da atuação no mundo restrito da *casa* que havia sido, sobretudo, a atuação dos médicos em relação à epilepsia durante

¹⁰¹ Ibid. P.179.

o período imperial, a medicina passa a ser um braço importante do Estado, e a ter no Estado um campo importante de atuação. Transforma-se, formula novos objetivos, e constrói para si, no movimento mesmo das mudanças históricas daquela virada de século, uma nova missão dentro da sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

As análises de documentos de ambos os momentos evidenciam a importância da análise histórica para compreender as relações estabelecidas entre médico e família. As relações sociais específicas de cada recorte temporal e espacial são fundamentais para que conceitos como tutela familiar tenham consistência histórica. Ou seja, para que sua formulação não seja externa à experiência vivida, mas, ao contrário, parta da mesma.

Assim, os dois movimentos propostos por Antonio Candido se tornam relevantes. Primeiro, por indicar que uma análise que privilegie somente dois atores corre o sério risco de se tornar estática. É necessário, portanto, buscar um terceiro elemento para criar o dinamismo, movimento, e mudanças - aspectos inerentes à qualquer análise histórica. Segundo, porque chama a atenção para a importância da autonomia desses atores. Autonomia que garante, por exemplo, que cada agente carregue um conteúdo próprio capaz de influir na relação estabelecida entre os dois atores iniciais, no caso, o médico e a família. Não basta dizer que existem três elementos a partir do momento que as ações e características de dois deles são profundamente parecidas, o que anularia a complexidade das relações estabelecidas. Passada para análises históricas, a *autonomia* de Antonio Candido pode ser interpretada como uma natureza histórica e social específica. Ou seja, um agente social autônomo é dotado de identidade, ações e projetos próprios e, portanto, não tem suas particularidades históricas anuladas pela formação de alianças políticas e sociais, como é o caso da relação entre *Estado e medicina* nos momentos estudados.

Assim, as análises das teses sobre epilepsia dos anos de 1870 evidenciam uma aliança entre o Estado e a medicina, que estavam desgastados tanto pela eminente falência do projeto político do Estado imperial como pela incapacidade das idéias médicas se renovarem no que se refere ao estudo sobre a epilepsia. As mudanças na sociedade articuladas à vagarosa, mas consistente, incorporação de novas idéias ao estudo sobre a doença por parte do corpo médico permite uma mudança significativa na família e na medicina no momento em que o Estado brasileiro passa por significativas transformações na última década do século XIX. As mudanças históricas ocorridas nesses três agentes permitem pensar as propostas contidas no artigo de Juliano Moreira em 1905 não apenas relativas à medicina e à família, mas também à visão que os

médicos tinham acerca do Brasil, do Estado nacional, do Rio de Janeiro e de seu próprio papel naquela sociedade. Portanto, na virada do século XIX para o XX, o discurso médico-científico se fortalece nas esferas de poder político e social, e se torna imprescindível para a construção da ordem republicana.

O recorte de dois momentos históricos a partir de um tema específico – o discurso médico sobre a epilepsia - e a escolha por uma análise que privilegiasse a interação entre três agentes sociais definidos permitiu um esforço de construção das relações entre *medicina*, *Estado* e *família* que partisse das experiências vividas em cada um desses momentos.

Documentação:

- ALVARENGA, Luiz José de. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia Franco Americana, 1874.
- GALVÃO, Deolindo Octaviano da F.. *Responsabilidade Criminal nos Epiléticos Impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896.
- GUIMARÃES, Francisco Pinheiro. *Algumas palavras sobre a epilepsia. Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade*. (Tese para concurso a um lugar de opositor da seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia de D. L. Dos Santos, 1859.
- LEMOS , Pedro Sanches de. *Epilepsia*. (Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na augusta presença de S.M. O Imperador e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1872.
- MANSO, Antonio Romualdo Monteiro. *Do diagnóstico e tratamento das diversas manifestações do histerismo e da epilepsia*. (Tese apresentada a Faculdade de Medicina do rio de Janeiro e sustentada em dezembro do mesmo ano, sendo aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Academia, 1874.
- MAYOR , José da Cunha Soutto. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do rio de Janeiro, Doutor em medicina pela mesma faculdade), Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1877.
- MOREIRA, Ernesto de Castro. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a fim de obter o grau de Doutor em medicina), Rio de Janeiro: Tipographia de G. Leuzinger & filhos, 1877.
- PEIXOTO, Afrânio. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898.
- REZENDE , Estevão Ribeiro de. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, perante ela sustentada e pela mesma aprovada com distinção), Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1872.
- SILVA, Pedro Quintiliano Barbosa da. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1877.
- SOUZA, Francisco Gualberto de. *Epilepsia*. (Tese para obter o grau de doutor em medicina), Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro e C., 1880.
- TAVARES, Necesio José. *Epilepsia*. (Tese a fim de obter o grau de Doutor), Rio de Janeiro: Typographia do Direito, 1877.

TEIXEIRA, Eduardo Olympio de. *Epilepsia*. (Tese para obter grau de Doutor em medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Typographia Universal da Laemmert, 1873.

UCHÔA, Thomaz Pimentel d'. *Epilepsia*. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873.

Bibliografia:

- CANDIDO, Antonio. *A Passagem do Dois ao Três*. IN: Textos de Intervenção. São Paulo: Duas Cidades Editora 34, 2002.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Grandes Famílias e Elite 'Profissional' na Medicina no Brasil*. IN: *Manguinhos. História, Ciência e Saúde*. Volume III, nº3. Fev. 1997, Rio de Janeiro.
- COSTA, Jurandir Freire. *A Ordem Médica e a Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.
- GONDRA, José Gonçalves. *No Cenáculo da Doença: a Ordem Médica e a Questão da Instrução*. IN: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- _____. *Do Império à República*. IN Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989.
- NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: Jorge FERREIRA e Lucilia de Almeida Neves DELGADO (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Ciência e Preconceito. Uma História Social da Epilepsia no Pensamento Médico Brasileiro. 1859 – 1906*. Projeto de Pesquisa CNPQ, 2004.(mimeo).
- _____. *Em primeira pessoa. Escritos autobiográficos de pacientes com epilepsia no Brasil do século XIX*. IN: www.historiaecultura.pro.br. Em 20/04/2007.

- _____. *Em Defesa da Sociedade? A Epilepsia e a Propensão ao Crime no Pensamento Médico Brasileiro. 1897 – 1957.* Projeto de Pesquisa CNPQ, 2007.(mimeo).
- _____. *Pela Saúde da Nação. O Pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil.* Relatório de Pesquisa CNPQ, 2005. (mimeo).
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Aderivaldo Santana de. *Epilepsia. Raça e Gênero. Preconceito e pensamento médico brasileiro. 1859-1906.* Monografia de bacharelado orientada pela profª Margarida de Souza Neves. Departamento de História da PUC. Rio de Janeiro, 2006. IN: www.historiaecultura.pro.br. Em 22/11/2007.
- SAMPAIO, Gabriela Reis. *As Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- SANTOS, Maria Aparecida dos. Sub-tema Epilepsia, Propensão ao Crime e Medicina Legal: uma Vertente da Relação entre Ciência e Preconceito no Pensamento Médico Brasileiro. Relatório CNPQ, 2006. (mimeo).
- SAYD, Jane Dutra. *Mediar, Medicar, Remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e o pensamento racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.* IN: Nicolau SEVCENKO (org.). *História da Vida Privada no Brasil (Vol. 3). República: da Belle Époque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Websites:

www.historiaecultura.pro.br